

# famílias POBRES no Paraná



---

**famílias**  
**POBRES**  
**no**  
**Paraná**

---

CURITIBA

2003

## GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

ROBERTO REQUIÃO - *Governador*

## SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

ELEONORA BONATO FRUET - *Secretária*

FÁBIO DÓRIA SCATOLIN - *Diretor Geral*

## INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - IPARDES

LIANA CARLEIAL - *Diretora-Presidente*

JOSÉ HENRIQUE DO CARMO - *Diretor Administrativo-Financeiro*

MARIA LÚCIA DE PAULA URBAN - *Diretora do Centro de Pesquisa*

SACHIKO ARAKI LIRA - *Diretora do Centro Estadual de Estatística*

THAÍS KORNIN - *Diretora do Centro de Treinamento para o Desenvolvimento*

## EQUIPE TÉCNICA

Adilson Apolinário (*estatístico*)

Deborah Ribeiro Carvalho (*analista de sistemas*)

Marisa Sugamoto (*socióloga*)

Paulo Roberto Delgado (*sociólogo*) - coordenador

Sergio Aparecido Ignácio (*estatístico*)

Valéria Villa Verde (*socióloga*)

## EQUIPE TÉCNICO-OPERACIONAL

Juilson Previdi (*coordenação*)

Maria Laura Zocolotti (*editoração*)

Estelita Sandra de Matias (*revisão*)

Léia Rachel Castellar (*editoração eletrônica*)

Luiza Pilati M. Lourenço (*normalização bibliográfica*)

Eliane Maria Dolata Mandu (*normalização tabular*)

Stella Maris Gazziero (*projeto gráfico e diagramação*)

Lucrecia Zaninelli Rocha (*geoprocessamento*)

Fabrcio Bandil Wavruk (*capa*)

Nelson Ari Cardoso (*foto da capa*)

---

I59f Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social  
Famílias pobres no Estado do Paraná / Instituto Paranaense de  
Desenvolvimento Econômico e Social. – Curitiba: IPARDES, 2003.  
55 p.

1.Pobreza. 2.Pobreza rural. 3.Pobreza urbana. 4.Família.  
5.Chefe de família. 6.Domicílio. 7.Município. 8.Paraná. I.Título.

CDU 316.344.23(816.2)"2000"

---

# APRESENTAÇÃO

O objetivo deste documento é fornecer algumas informações que permitam quantificar a população pobre do Estado do Paraná e verificar sua distribuição nas regiões e municípios paranaenses. Apresenta, ainda, uma caracterização desse segmento populacional considerando alguns aspectos relacionados ao perfil das famílias, dos responsáveis pelas mesmas e à condição dos domicílios. Para tanto, são utilizados os dados do Censo Demográfico 2000, do IBGE, que permitem dimensionar essas condições e são, atualmente, as estatísticas disponíveis para esse fim em nível municipal.

O IPARDES, na condição de órgão público, responsável pela gerência de dados e informações socioeconômicas e demográficas, buscou, com este trabalho – diante da prioridade estabelecida pelos governos estadual e federal de combate à fome e à miséria –, identificar, particularmente, a população sujeita a essas condições.

Na realidade, este é o terceiro produto apresentado pelo IPARDES, na atual gestão governamental, no sentido de subsidiar as ações sociais do governo estadual. O primeiro relatório foi o *Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDH-M 2000 – Anotações sobre o desenvolvimento do Paraná* (IPARDES, 2003), no qual se comparou a situação de desenvolvimento social dos municípios paranaenses no âmbito da Região Sul mais São Paulo, bem como se quantificou os contingentes populacionais nos diversos níveis de desenvolvimento. O documento vem servindo de apoio a algumas definições no sentido de priorizar municípios em situação crítica.

Posteriormente, surgiu a demanda para identificar, em cada município, a população socialmente vulnerável. Desta, resultou a elaboração de uma Nota Técnica com estimativa do número de domicílios de baixa renda no Paraná. Tratava-se de um documento em caráter provisório, uma vez que o IPARDES já estava desenvolvendo o presente trabalho, em que se dimensiona a pobreza nos municípios paranaenses, mas que requeria um tempo maior de elaboração.

Os critérios utilizados na Nota Técnica e neste relatório são diferentes, pois no primeiro documento lançou-se mão de informações publicadas do Censo Demográfico 2000 - IBGE mas que se restringiam aos chefes de domicílio e utilizavam como única variável classificatória a renda destes, o que limitava a quantificação realizada naquele documento.

Para o presente trabalho foi possível acessar os microdados do Censo Demográfico 2000 e operacionalizar um conceito de pobreza, bem como agregar outras dimensões que especificam situações de vulnerabilidade social.

Embora com especificidades e, portanto, com algumas diferenças nos seus resultados, avalia-se que os três documentos apontam, de modo consistente, para um mesmo conjunto de questões que afetam a população socialmente fragilizada no Estado, bem como apresentam resultados muito próximos quando se procura verificar a distribuição dessa população nas regiões e municípios paranaenses.

Este documento estrutura-se em quatro partes. A primeira apresenta a definição de pobreza e os critérios técnicos utilizados para identificar as famílias nessa condição. Na seqüência, tem-se os resultados quanto ao número de famílias e pessoas pobres no Estado, bem como sua distribuição com base em alguns recortes territoriais e metodológicos: as mesorregiões do IBGE, a condição dos municípios quanto ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDH-M, as aglomerações urbanas e a divisão rural e urbano.

Na terceira parte faz-se a caracterização da pobreza no Estado, utilizando-se um conjunto de indicadores complementares referentes às características das famílias, de seus responsáveis e dos domicílios onde residem. Por fim, apresentam-se algumas considerações que possam nortear ações públicas.

# SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	vii
LISTA DE GRÁFICOS	viii
LISTA DE MAPAS	viii
POBREZA: DEFINIÇÃO E ASPECTOS METODOLÓGICOS	1
Indicadores Complementares	3
Microdados da Amostra	4
Recortes Territoriais	6
FAMÍLIAS POBRES NO PARANÁ	9
CARACTERIZAÇÃO DA POBREZA NO PARANÁ	17
Famílias	17
Pessoa Responsável	20
Domicílios	28
CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
REFERÊNCIAS	36
APÊNDICE	39

# LISTA DE TABELAS

1	NÚMERO DE FAMÍLIAS POR ESPÉCIE DE DOMICÍLIO - PARANÁ - 2000	9
2	NÚMERO E DISTRIBUIÇÃO DE FAMÍLIAS E PESSOAS POBRES, SEGUNDO A SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO - PARANÁ - 2000	10
3	NÚMERO E DISTRIBUIÇÃO DO TOTAL DE FAMÍLIAS, DE FAMÍLIAS POBRES E TAXA DE POBREZA, SEGUNDO MESORREGIÃO - PARANÁ - 2000	10
4	NÚMERO E DISTRIBUIÇÃO DO TOTAL DE FAMÍLIAS, DE FAMÍLIAS POBRES E TAXA DE POBREZA, SEGUNDO CLASSES DO IDH-M - PARANÁ - 2000	12
5	NÚMERO E DISTRIBUIÇÃO DO TOTAL DE FAMÍLIAS, DE FAMÍLIAS POBRES E TAXA DE POBREZA, SEGUNDO AGLOMERAÇÕES URBANAS - PARANÁ - 2000	14
6	NÚMERO E DISTRIBUIÇÃO DE FAMÍLIAS POBRES, SEGUNDO RECORTES TERRITORIAIS - PARANÁ - 2000	15
7	NÚMERO MÉDIO DE MEMBROS POR FAMÍLIA, SEGUNDO CLASSES DE RENDA FAMILIAR MENSAL PER CAPITA E A SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO - PARANÁ - 2000	17
8	POPULAÇÃO TOTAL E DISTRIBUIÇÃO, SEGUNDO CLASSES DE RENDA FAMILIAR MENSAL PER CAPITA, SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO E SEXO - PARANÁ - 2000	18
9	DISTRIBUIÇÃO DOS RESPONSÁVEIS PELAS FAMÍLIAS POBRES, SEGUNDO SEXO E FAIXA ETÁRIA - PARANÁ - 2000	20
10	NÚMERO DE JOVENS E TOTAL DE RESPONSÁVEIS POR FAMÍLIAS, SEGUNDO CLASSES DE RENDA FAMILIAR MENSAL PER CAPITA E SEXO - PARANÁ - 2000	22
11	NÚMERO E DISTRIBUIÇÃO DOS RESPONSÁVEIS PELA FAMÍLIA, SEGUNDO CLASSES DE RENDA FAMILIAR MENSAL PER CAPITA E ANOS DE ESTUDO - PARANÁ - 2000	24
12	DISTRIBUIÇÃO DAS PESSOAS RESPONSÁVEIS PELAS FAMÍLIAS COM RENDA FAMILIAR MENSAL PER CAPITA ATÉ 1/2 SALÁRIO MÍNIMO, SEGUNDO ANOS DE ESTUDO, ZONA DE RESIDÊNCIA E SEXO - PARANÁ - 2000	24
13	TAXA DE ATIVIDADE E DE DESEMPREGO DAS PESSOAS RESPONSÁVEIS PELAS FAMÍLIAS, SEGUNDO CLASSES DE RENDA FAMILIAR MENSAL PER CAPITA E SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO - PARANÁ - 2000	24
14	NÚMERO DE RESPONSÁVEIS PELAS FAMÍLIAS, SEGUNDO CLASSES DE RENDA FAMILIAR MENSAL PER CAPITA, SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO E CONDIÇÃO DE OCUPAÇÃO - PARANÁ - 2000	24
15	DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS PESSOAS RESPONSÁVEIS PELAS FAMÍLIAS, SEGUNDO CLASSES DE RENDA FAMILIAR MENSAL PER CAPITA, SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO E RELAÇÃO DE EMPREGO - PARANÁ - 2000	26
16	DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS RESPONSÁVEIS PELAS FAMÍLIAS OCUPADOS, SEGUNDO CLASSES DE RENDA FAMILIAR MENSAL PER CAPITA, SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO E SETOR DE ATIVIDADE - PARANÁ - 2000	27

17	DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS FAMÍLIAS, SEGUNDO CLASSES DE RENDA MENSAL FAMILIAR PER CAPITA, SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO E NÚMERO DE CÔMODOS DOS DOMICÍLIOS - PARANÁ - 2000	30
18	DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DE FAMÍLIAS, POR CLASSES DE RENDA FAMILIAR MENSAL PER CAPITA, SEGUNDO DENSIDADE POR DORMITÓRIO - PARANÁ - 2000	30
19	DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS FAMÍLIAS, SEGUNDO CLASSES DE RENDA MENSAL FAMILIAR PER CAPITA, SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO E TIPO DE ESCOADOURO DOS DOMICÍLIOS - PARANÁ - 2000	31
20	DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS FAMÍLIAS, SEGUNDO CLASSES DE RENDA FAMILIAR PER CAPITA, SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO E FORMAS DE CANALIZAÇÃO DA ÁGUA - PARANÁ - 2000	32
21	NÚMERO E DISTRIBUIÇÃO DAS FAMÍLIAS, SEGUNDO CLASSES DE RENDA FAMILIAR MENSAL PER CAPITA E TIPO DE DOMICÍLIO - PARANÁ - 2000	32

## LISTA DE GRÁFICOS

1	PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DAS FAMÍLIAS “RURAIS” NO TOTAL DE FAMÍLIAS, SEGUNDO CLASSES DE RENDA FAMILIAR MENSAL PER CAPITA - PARANÁ - 2000	16
2	RAZÃO DE DEPENDÊNCIA, SEGUNDO CLASSES DE RENDA FAMILIAR MENSAL PER CAPITA - PARANÁ - 2000	19
3	DISTRIBUIÇÃO ETÁRIA DA POPULAÇÃO, SEGUNDO CLASSES DE RENDA FAMILIAR MENSAL PER CAPITA - PARANÁ - 2000	19
4	DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS RESPONSÁVEIS PELAS FAMÍLIAS, SEGUNDO CLASSES DE RENDA FAMILIAR MENSAL PER CAPITA E FAIXA ETÁRIA - PARANÁ - 2000	21
5	PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES JOVENS NO TOTAL DOS RESPONSÁVEIS POR FAMÍLIAS - PARANÁ - 2000	22

## LISTA DE MAPAS

1	AGLOMERAÇÕES URBANAS - PARANÁ - 2000	7
2	FAMÍLIAS POBRES, SEGUNDO MESORREGIÕES - PARANÁ - 2000	11
3	FAMÍLIAS POBRES - PARANÁ - 2000	13
4	ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL - PARANÁ - 2000	14



# **P**OBREZA: DEFINIÇÃO E ASPECTOS METODOLÓGICOS

A definição de pobreza vem sendo influenciada por critérios de focalização das políticas públicas, o que tem levado a uma restrição de sua aceção na pesquisa social brasileira (JANNUZZI; FERREIRA, 2003). Na medida em que o emprego de determinado conceito de pobreza estará definindo, na prática, quem são os necessitados da intervenção pública, impõe-se a utilização de critérios que dêem sustentação técnico-analítica e, ao mesmo tempo, não sejam perversos, isto é, não excluam pessoas visando adequar programas a orçamentos.

Pode-se observar algumas abordagens analíticas mais recorrentes nos estudos sobre pobreza. Segundo Jannuzzi e Ferreira (2003), da ótica das abordagens da pobreza absoluta – que privilegia a definição de patamares mínimos de acesso a bens e serviços<sup>1</sup> – destacam-se dois enfoques: a) pobreza como insuficiência de renda, o que implica a definição de um mínimo capaz de cobrir os custos com bens e serviços necessários à sobrevivência familiar; e b) pobreza como necessidades básicas insatisfeitas, a qual remete a uma qualificação dos bens e serviços considerados mínimos, apontando para uma noção de múltiplas carências a serem atendidas.

Além dessas duas abordagens, o autor destaca estudos que tratam de situações de desigualdade relativas de bens e serviços ou de renda. Nesse caso, trata-se da preocupação em identificar, em uma determinada população, o grau de desigualdade que caracteriza o acesso a bens e serviços de diferentes grupos sociais, mesmo que nessa população o patamar mínimo esteja sendo atendido. Por fim, abordagens recentes ressaltam a preocupação com elementos subjetivos relacionados à pobreza e a privações em determinados contextos sociais.

---

<sup>1</sup>A pobreza é relativa quando vista dentro de um conjunto de necessidades num certo contexto cultural; portanto, remete a necessidades que variam no tempo e no espaço. A pobreza absoluta é definida por necessidades universais, inquestionáveis, na promoção da dignidade humana.

Nos países onde os níveis de pobreza são altos, tende-se a privilegiar as abordagens de pobreza absoluta, enquanto nos países desenvolvidos predominam as abordagens da pobreza em termos relativos e subjetivos. Essas questões refletem-se nas abordagens predominantes dos estudos realizados no Brasil.

No Brasil, existem questionamentos quanto ao uso da variável renda na definição de uma linha de pobreza, no sentido de que essa envolveria outros aspectos da privação humana. Entretanto, segundo Rocha (2001) esta crítica pode ser relativizada, considerando-se que, em sociedades em que o acesso a bens e serviços se dá, principalmente, via mercado, a renda constitui a precondição desse acesso. Ademais, há avanços metodológicos que complementam a abordagem da renda com o uso de outros indicadores, permitindo caracterizar outras dimensões associadas à pobreza.

Nos estudos pautados na renda, a definição da linha de pobreza orienta-se por duas vertentes: uma delas privilegia a definição de patamares de renda a partir do salário mínimo, e a outra estabelece o acesso a uma cesta básica de alimentos.<sup>2</sup>

No presente trabalho adota-se a abordagem da pobreza absoluta como primeiro critério de identificação da população pobre no Paraná, tendo como principal indicador a renda familiar mensal per capita<sup>3</sup>, uma vez que a família pode ser entendida como a unidade solidária de consumo e rendimento (ROCHA, 2001).

---

<sup>2</sup>Considerando a produção científica voltada para a definição do público-alvo de programas governamentais, tornou-se uma constante estabelecer linhas de pobreza e de indigência a partir de conceitos de insuficiência de renda. O documento sobre segurança alimentar (IPEA, 2002), estudo elaborado a partir de metodologia do IPEA, estabelece linhas de pobreza e indigência regionalizadas. Neste caso, a linha de indigência refere-se à estrutura de custos de uma cesta alimentar, regionalmente definida, que contemple as necessidades de consumo calórico mínimo de um indivíduo. A linha de pobreza é calculada como múltiplo da linha de indigência, tomando os gastos com alimentação como uma parte dos gastos totais mínimos, referentes, entre outros, a vestuário, habitação e transporte. A linha de pobreza corresponde ao valor da renda domiciliar per capita que, a cada mês, assegura o nível mínimo necessário para satisfazer às necessidades básicas do indivíduo (CEPAL, 1989; PELIANO, 1993; ÁRIAS, 1999; ROCHA, 2000a; FERREIRA; LANJOUW; NERI, 2000). Existem estudos que definem uma linha de pobreza e de indigência única para o país, sendo a mais utilizada a proporção do salário mínimo, como em Hoffmann (1995, 2001). A FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação) utiliza um método indireto para estimar a fome, baseado na disponibilidade de alimentos no país (produção local, saldo comercial agrícola e estoques de alimentos).

<sup>3</sup>A renda familiar mensal per capita representa a soma de todos os rendimentos da família (salário, poupança, benefícios da seguridade social, entre outros), dividida pelo número de seus membros.

Optou-se, também, por se utilizar o parâmetro de ½ salário mínimo per capita, limite este justificável pelo seu uso como critério de identificação de beneficiários da seguridade social<sup>4</sup>. Nesse sentido, **todas as famílias paranaenses vivendo com renda familiar per capita até ½ salário mínimo são consideradas pobres.**

A família, como referencial analítico capaz de expressar as circunstâncias adversas que colocam determinados segmentos da sociedade em situação de pobreza, foi conceituada, neste documento, como o conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco ou dependência doméstica vivendo no mesmo domicílio, ou como pessoa vivendo sozinha em domicílio particular. No caso de envolver mais de uma pessoa, considera-se como membro do grupo familiar qualquer pessoa numa das seguintes situações: responsável pela família, cônjuge, filho, enteado, pai, mãe, sogro, neto, bisneto, irmão, outro parente e agregado.

## **INDICADORES COMPLEMENTARES**

A percepção da sociedade brasileira como sendo extremamente heterogênea traz à tona a necessidade de construir uma informação sensível às diferenças inter e intraclasses.<sup>5</sup> Neste estudo, como se afirmou, a família é considerada a unidade de análise, por ser reconhecida como parâmetro e critério para ações governamentais capazes de romper o ciclo vicioso de desamparo social. A contundência da pobreza afeta as famílias de forma desagregadora, gerando demandas sociais cada vez mais complexas.

Dada essa heterogeneidade e o fato de a pobreza envolver outras dimensões, a caracterização da vulnerabilidade associada à situação de pobreza será feita através da seleção de indicadores complementares, relativos à família, à pessoa responsável pela família e ao domicílio.

---

<sup>4</sup>Schwarzer e Querino (2002, p. 28) chamam a atenção para o fato de que a única definição oficial de pobreza no Brasil é a que consta da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS).

<sup>5</sup>O termo *classe* está sendo utilizado no sentido de estrato, e não como conceito sociológico.

Como foi apontado por vários autores, sempre há um grau de arbitrariedade em estudos desta natureza. A presente seleção leva em conta as estatísticas disponíveis e fatores relacionados a determinadas circunstâncias sociais que pre-dispõem a uma maior necessidade de amparo e assistência. Mesmo assim, é preciso considerar que esses indicadores podem não dar conta de toda a complexidade da realidade, principalmente quando da definição e execução de programas e projetos específicos, o que exige, portanto, que eles sejam complementados.

Os indicadores aqui relacionados remetem a outras dimensões além da renda, preservando, contudo, o vínculo com a unidade de análise adotada, a família:

- a) Indicadores relativos à situação familiar: neste conjunto pretende-se verificar se alguma característica familiar tende a estar associada à situação de pobreza. Estão incluídas as seguintes variáveis: tamanho da família, composição por sexo, faixa etária e grau de dependência;
- b) Indicadores relativos à situação da pessoa responsável: buscam caracterizar o responsável pelo domicílio, considerando seu papel na organização e provimento da renda familiar. Incluem-se, aqui, as variáveis: sexo, escolaridade, ocupação e contribuição para a renda familiar;
- c) Indicadores relativos ao domicílio: relacionam-se à idéia de que a pobreza apresenta outras carências; neste caso, mensuráveis em relação às condições mais gerais de habitação. Neste grupo foram consideradas as variáveis: situação do domicílio, número de cômodos, densidade por cômodos, abastecimento de água e esgotamento sanitário.

## **MICRODADOS DA AMOSTRA**

O Censo Demográfico utiliza dois questionários para o levantamento de dados. Um deles é o questionário básico, aplicado à maioria da população, do qual se obtêm dados básicos sobre a população e domicílios pesquisados. O outro tipo de levantamento é por meio de amostra, e compreende, além dos

dados levantados no questionário básico, um conjunto maior e mais detalhado de dados. Do levantamento amostral participam 10 em cada 100 domicílios, para os municípios com população estimada superior a 15 mil; no caso dos demais municípios, participam 20 em cada 100 domicílios.

A base de dados utilizada neste trabalho é a da amostra do Censo Demográfico 2000, do IBGE, disponível na forma de microdados, ou seja, num nível de desagregação que permite resgatar dados para cada domicílio, família e pessoa amostrados. Por se tratar de uma amostra,<sup>6</sup> toda informação gerada deve ser submetida a um controle estatístico das estimativas geradas.

As estimações de totais para domínios de interesse, como as células de uma tabela, devem ser feitas utilizando-se, para cada unidade (domicílio, família ou pessoa), o peso correspondente, disponibilizado na própria base, que foi determinado para cada unidade domiciliar da amostra e atribuído a cada pessoa dessa unidade.

As estimativas calculadas, por sua vez, embutem um erro amostral que deve situar-se dentro de um nível de confiança fixado para a tomada de decisão. Assim, a avaliação dos erros amostrais é um ponto fundamental, pois dela decorre o grau de confiança nas conclusões analíticas que subsidiam a tomada de decisão.

No cálculo das estimativas tomou-se o cuidado de levar em conta tal medida de precisão, por meio da obtenção do erro amostral relativo, que mede o grau de variabilidade da estimativa. Ressalte-se que, quanto menor a estimativa do número de domicílios, de famílias ou de pessoas para uma determinada variável, maior é a perda de precisão de suas estimativas. Neste sentido, decidiu-se publicar, em apêndice, o valor do erro amostral relativo às estimativas municipais – para o rural e o urbano – do número de famílias pobres.

---

<sup>6</sup>A apresentação do desenho amostral utilizado pelo IBGE pode ser consultada nas seguintes publicações: Silva; Bianchini e Albieri (1990) e IBGE (2002), no capítulo referente a Aspectos da Amostragem.

## **RECORTE TERRITORIAIS**

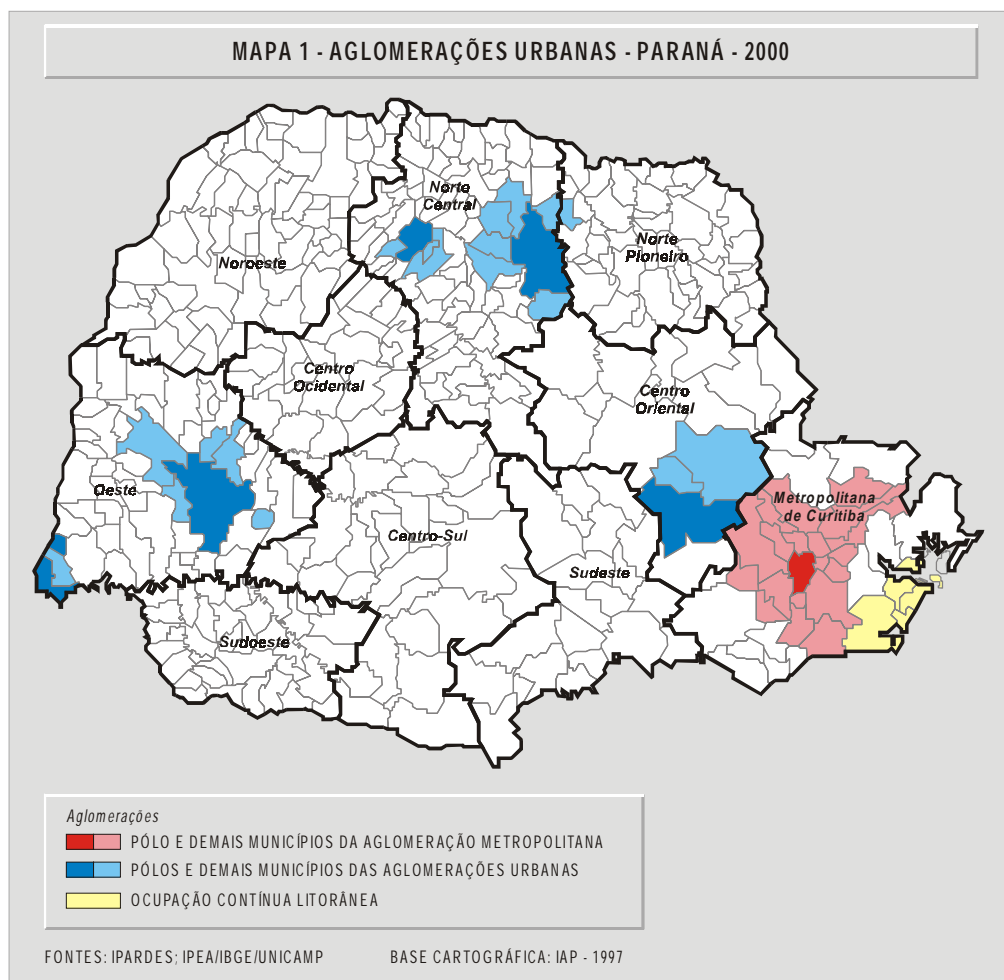
A regionalização básica adotada neste estudo foi a agregação dos dados municipais por Mesorregiões Geográficas do IBGE, que constituem unidades regionais estabelecidas com base em características de homogeneidade de produção; o Paraná é subdividido em 10 mesorregiões. Essa agregação possibilita a visualização dos dados em termos territoriais, permitindo a comparação entre regiões do Estado.

Contudo, em determinadas situações outros critérios de agregação dos dados foram adotados, buscando uma maior compreensão da realidade estadual. Assim, foram utilizadas agregações de municípios pelo Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDH-M, pelas aglomerações urbanas e pela divisão rural e urbano.

O IDH-M foi criado para o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em 1990, e incorpora três dimensões básicas do desenvolvimento: longevidade, educação e renda. Para cada dimensão há um índice específico - IDH-E (educação), IDH-L (longevidade) e IDH-R (renda) -, cuja média aritmética simples resulta no IDH-M. Esses índices variam de 0 a 1, sendo 1 a posição correspondente à melhor condição de desenvolvimento.

As aglomerações urbanas constituem espacialidades que se peculiarizam por expressivo dinamismo econômico, populacional, e pela particularidade de configuração de manchas de ocupação contínuas entre mais de um município (IPARDES, 2000). No Paraná, elas concentravam, em 2000, 50,3% da população estadual. As sete aglomerações do Estado (Cascavel, Curitiba, Foz do Iguaçu, Litoral, Londrina, Maringá e Ponta Grossa) contam com 47 municípios (mapa 1).

MAPA 1 - AGLOMERAÇÕES URBANAS - PARANÁ - 2000



Outra agregação aqui utilizada baseou-se no conceito de rural expandido, em contraposição à definição do IBGE, aplicado aos municípios de pequeno porte, definidos como aqueles com população até 20.000 habitantes.

A opção por essa agregação surgiu do entendimento de que existem limites no conceito de situação do domicílio, urbano ou rural, do IBGE. Para essa instituição:

Segundo a localização do domicílio, a situação é urbana ou rural, conforme definida por lei municipal em vigor em 1.º de agosto de 2000. Em situação **urbana** consideram-se as áreas urbanizadas ou não, correspondentes às cidades (sedes municipais), às vilas (sedes distritais) ou às áreas urbanas isoladas. A situação **rural** abrange toda a área situada fora desses limites, inclusive os aglomerados rurais de extensão urbana, os povoados e os núcleos. Este critério também é utilizado na classificação da população urbana e rural (IBGE, 2001, p.20).

No Brasil, existe uma literatura significativa que trata especificamente do tema rural e seus desdobramentos, em que o cerne da questão está localizado no tamanho do rural, tomado não apenas enquanto espaço físico, mas como abrangência econômica, social e cultural. A busca dessa definição de rural fundamenta-se na evidência de que isto afeta as concepções sobre políticas voltadas para o desenvolvimento local e outras políticas públicas. Uma das propostas para operacionalizar um novo conceito de rural baseia-se no tamanho da população municipal.

É importante considerar que os recortes territoriais utilizados, ou qualquer outro, não dão conta de diferenças internas presentes em cada um dos espaços delimitados. Por exemplo, dentro de uma mesorregião ou de uma aglomeração urbana existem diferenças entre os municípios que as compõem. Assim, embora pertinentes para a análise em termos de diferenças regionais no Estado, é possível sempre aprofundar o foco, captando outros níveis de diferenciação, quando da definição de programas ou projetos.



# FAMÍLIAS POBRES NO PARANÁ

No Censo Demográfico, as famílias estão sempre associadas a um domicílio, classificado como particular permanente, particular improvisado ou coletivo. O conjunto de dados disponíveis para análise varia conforme essa classificação.

Nesse sentido, foram feitas algumas opções metodológicas quanto à espécie de domicílio e, conseqüentemente, quanto às famílias consideradas nesta análise. A primeira definição foi a exclusão dos domicílios coletivos, por estes retratarem situações institucionais, como asilos, quartéis, pensionatos, entre outros. Em seguida, buscou-se compreender a dimensão dos domicílios improvisados no conjunto dos domicílios particulares. Sabe-se que muitos dos domicílios particulares improvisados servem de moradia de caráter temporário, a exemplo dos alojamentos para trabalhadores em obras, prédios em construção, embarcações, etc. No entanto, chamou a atenção a importância deste tipo de domicílio em áreas no interior do Estado em que a presença de acampamentos e assentamentos agrários é expressiva.<sup>7</sup> A partir dessa constatação, decidiu-se incluir esses domicílios e as famílias neles residentes no universo deste estudo. Desse modo, a pesquisa envolve todos os domicílios particulares permanentes e improvisados, nos quais residem 99,90% das famílias paranaenses (tabela 1).

TABELA 1 - NÚMERO DE FAMÍLIAS POR ESPÉCIE DE DOMICÍLIO - PARANÁ - 2000

ESPÉCIE DE DOMICÍLIO	NÚMERO DE FAMÍLIAS
Particulares Permanentes	2.807.350
Particulares Improvisados	17.033
Coletivos	2.712
TOTAL	2.827.095

FONTES: IBGE - Censo Demográfico (microdados); IPARDES - Tabulações Especiais

<sup>7</sup>Nessas situações é comum o alojamento em barracas, o que, pelo critério do Censo Demográfico, leva à classificação como domicílio improvisado.

A estimativa realizada, em conformidade com o critério de pobreza, antes mencionado, indica que havia, em 2000, 589.420 famílias em situação de pobreza no Paraná. Isto representa uma taxa de pobreza<sup>8</sup> de 20,87%<sup>9</sup>. Do total de famílias pobres, 67,07% residem em áreas urbanas e 32,93% em áreas rurais. As famílias pobres envolvem um total de 2.322.578 pessoas (24,37% da população estadual) (tabela 2).

TABELA 2 - NÚMERO E DISTRIBUIÇÃO DE FAMÍLIAS E PESSOAS POBRES, SEGUNDO A SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO - PARANÁ - 2000

UNIDADE DE ANÁLISE	FAMÍLIAS POBRES	TOTAL DE FAMÍLIAS
Famílias	589.420	2.824.383
Urbano (%)	67,07	85,97
Rural (%)	32,93	17,03
Pessoas	2.322.578	9.530.071
Urbano (%)	64,52	81,36
Rural (%)	35,48	18,64

FONTES: IBGE - Censo Demográfico (microdados); IPARDES - Tabulações Especiais

Em termos regionais, três mesorregiões do IBGE concentram a metade das famílias pobres: Metropolitana de Curitiba (21,85%), Norte-Central (16,28%) e Oeste (12,03%). Embora essas mesorregiões concentrem os maiores contingentes de pobreza, é preciso destacar algumas mesorregiões onde a proporção de famílias pobres supera 30% do total de famílias, a saber: Centro-Sul, Sudeste e Centro-Ocidental (tabela 3 e mapa 2).

TABELA 3 - NÚMERO E DISTRIBUIÇÃO DO TOTAL DE FAMÍLIAS, DE FAMÍLIAS POBRES E TAXA DE POBREZA, SEGUNDO MESORREGIÃO - PARANÁ - 2000

MESORREGIÃO	NÚMERO DE MUNICÍPIOS	FAMÍLIAS POBRES		TAXA DE POBREZA (%)	TOTAL DE FAMÍLIAS	
		Abs.	%		Abs.	%
Centro-Ocidental Paranaense	25	32.320	5,48	31,64	102.135	3,62
Centro-Oriental Paranaense	14	46.780	7,94	25,79	181.388	6,42
Centro-Sul Paranaense	29	53.777	9,12	36,98	145.418	5,15
Metropolitana de Curitiba	37	128.801	21,85	14,14	911.212	32,26
Noroeste Paranaense	61	46.110	7,82	23,80	193.728	6,86
Norte-Central Paranaense	79	95.928	16,28	17,40	551.328	19,52
Norte Pioneiro Paranaense	46	44.590	7,56	27,07	164.690	5,83
Oeste Paranaense	50	70.929	12,03	21,38	331.742	11,74
Sudeste Paranaense	21	34.904	5,92	33,27	104.899	3,71
Sudoeste Paranaense	37	35.281	5,99	25,60	137.842	4,89
TOTAL	399	589.420	100,00	20,87	2.824.383	100,00

FONTES: IBGE - Censo Demográfico (microdados); IPARDES - Tabulações Especiais

NOTA: A taxa de pobreza corresponde ao percentual de famílias pobres sobre o total de famílias.

<sup>8</sup>A taxa de pobreza indica o percentual de famílias pobres no total de famílias do Estado.

<sup>9</sup>O Projeto Mapa da Fome estimou um percentual de pobres muito próximo ao aqui verificado, tanto considerando-se as famílias como as pessoas. Segundo esse projeto, 18,3% das famílias e 22,4% das pessoas eram pobres, no Paraná. Nossa estimativa, para famílias e pessoas, é, respectivamente, 20,9% e 24,4%.

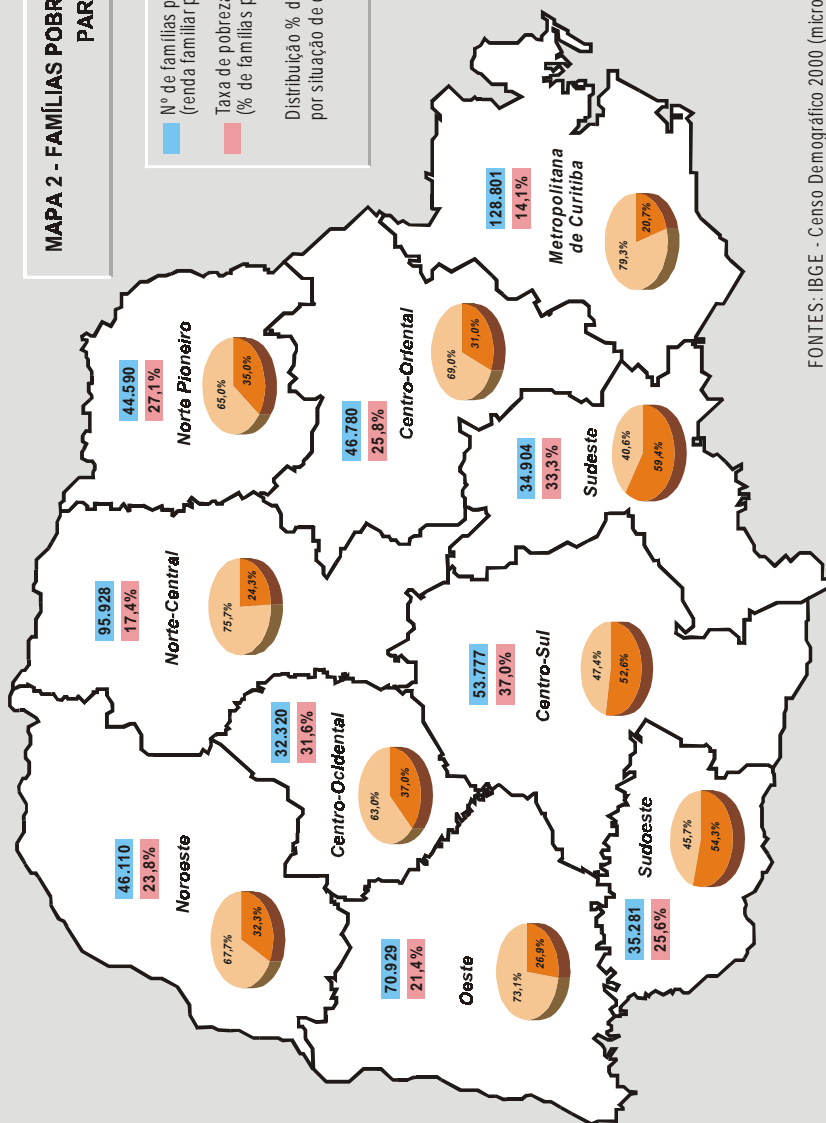
## MAPA 2 - FAMÍLIAS POBRES, SEGUNDO MESORREGIÕES PARANÁ - 2000

Nº de famílias pobres  
(renda familiar per capita até 1/2 salário mínimo)

Taxa de pobreza  
(% de famílias pobres sobre o total de famílias)



Distribuição % das famílias pobres  
por situação de domicílio



FONTES: IBGE - Censo Demográfico 2000 (microdados), IPARDES - Tabulações Especiais

Analisando a distribuição das famílias pobres segundo as classes de IDH-M dos municípios, verifica-se que há uma correspondência entre baixo IDH-M e proporção de famílias com renda per capita até 1/2 salário mínimo. Observando as duas primeiras classes, que totalizam 288 municípios do Estado, tem-se que 51,38% das famílias pobres do Paraná encontram-se nesses municípios. Deve-se destacar que o nível de IDH-M dos referidos municípios encontra-se abaixo da média do Brasil (0,764) e que a taxa de pobreza referente a esses agrupamentos supera 30% (tabela 4 e mapas 3 e 4).

TABELA 4 - NÚMERO E DISTRIBUIÇÃO DO TOTAL DE FAMÍLIAS, DE FAMÍLIAS POBRES E TAXA DE POBREZA, SEGUNDO CLASSES DO IDH-M - PARANÁ - 2000

CLASSES DO IDH-M	NÚMERO DE MUNICÍPIOS	FAMÍLIAS POBRES		TAXA DE POBREZA (%)	TOTAL DE FAMÍLIAS	
		Abs.	%		Abs.	%
0,620 a 0,699	59	67.055	11,38	44,29	151.401	5,36
0,700 a 0,763	229	235.748	40,00	30,38	776.041	27,48
0,764 a 0,799	87	159.938	27,13	19,63	814.698	28,85
0,800 a 0,849	22	83.970	14,25	14,33	585.882	20,74
0,850 a 1,000	2	42.709	7,25	8,60	496.362	17,57
TOTAL	399	589.420	100,00	20,87	2.824.383	100,00

FONTES: IBGE - Censo Demográfico (microdados); IPARDES - Tabulações Especiais

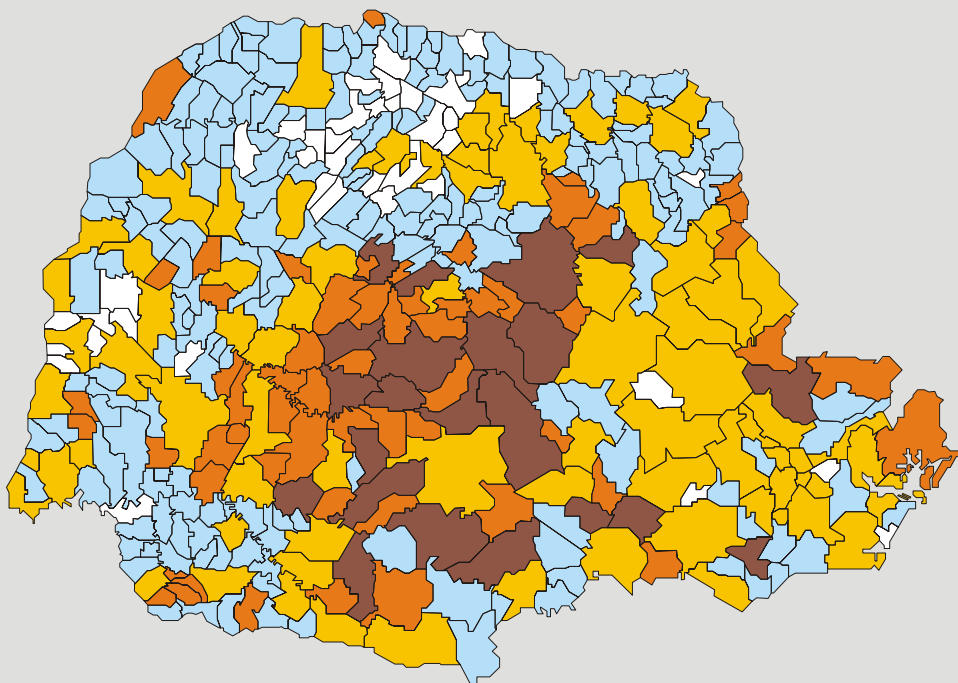
NOTA: A taxa de pobreza corresponde ao percentual de famílias pobres sobre o total de famílias. Para o Brasil, em 2000, o valor do IDH é de 0,764, tendo sido utilizado como um dos critérios para definir as classes do IDH-M.

Cabe destacar, porém, que os 24 municípios com IDH-M igual ou superior a 0,800, considerados de alto desenvolvimento, em sua maioria de médio e grande porte populacional, agrupam 126.679 famílias pobres, as quais representam 21,49% do total de famílias com renda familiar per capita até 1/2 salário mínimo no Paraná.

A opção pela apresentação das informações desagregadas segundo critérios territoriais tem por objetivo identificar e qualificar realidades distintas. Embora as aglomerações urbanas concentrem as melhores situações do IDH-M no Estado, apresentam maior desigualdade interna. Assim, as sete aglomerações paranaenses, em seus 47 municípios, concentram 36,97% das famílias pobres, reunindo um total de 217.881 famílias nessa condição. A aglomeração metropolitana de Curitiba, sozinha, detém 17,01% do total estadual (tabela 5).

Nesse sentido, a relevância dada às aglomerações urbanas prende-se ao fato de essas estarem sujeitas a uma dinâmica socioeconômica própria, influenciando os dados quando analisados no conjunto.

MAPA 3 - FAMÍLIAS POBRES - PARANÁ - 2000

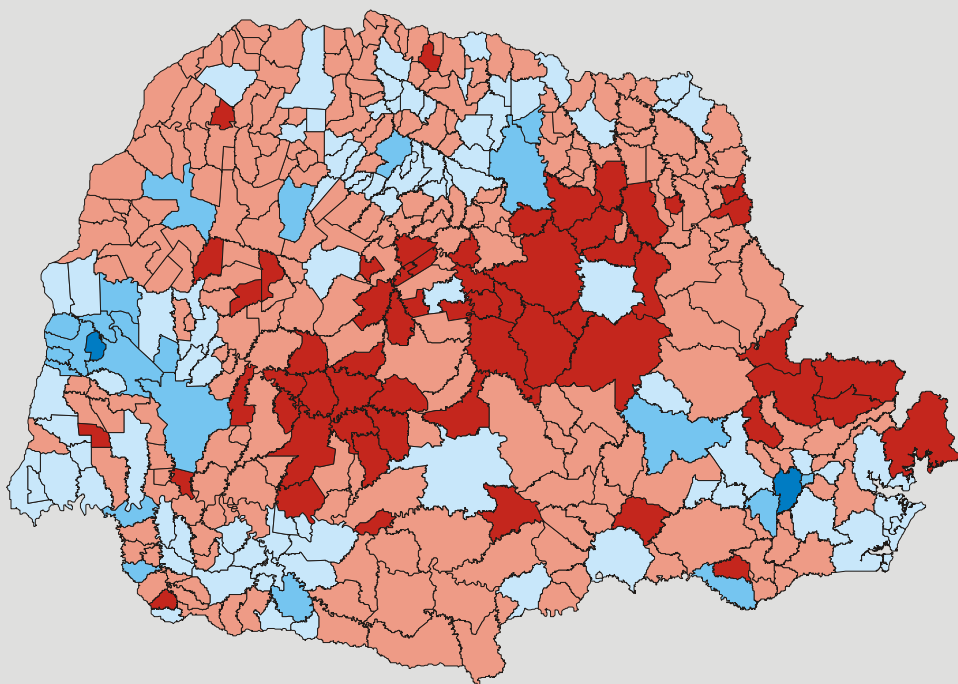


- MUNICÍPIOS CRÍTICOS ( $\geq 40\%$  do total de famílias /  $\geq 1500$  famílias pobres)
- MUNICÍPIOS COM ELEVADA PROP. DE POBRES ( $\geq 40\%$  do total de famílias /  $< 1500$  famílias pobres)
- MUNICÍPIOS COM ELEVADO CONTING. DE POBRES ( $\geq 1500$  famílias pobres /  $< 40\%$  do total de famílias)
- MUNICÍPIOS COM BAIXO CONTING. DE POBRES - 1 ( $< 1500$  famílias pobres /  $20$  a  $< 40\%$  do total de famílias)
- MUNICÍPIOS COM BAIXO CONTING. DE POBRES - 2 ( $< 1500$  famílias pobres /  $< 20\%$  do total de famílias)

FONTES: IBGE - Censo Demográfico (microdados); IPARDES - Tabulações Especiais

BASE CARTOGRÁFICA: IAP - 1997

#### MAPA 4 - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL - PARANÁ - 2000



IDH-M 2000

< 0,700

>= 0,800 < 0,849

>= 0,700 < 0,763

>= 0,850 a 1,000

>= 0,764 < 0,799

Obs.: 0,800 - alto índice de desenvolvimento; 0,764 - IDH do Brasil.

FONTES: PNUD/IPEA/FJP; IPARDES - Tabulações Especiais

TABELA 5 - NÚMERO E DISTRIBUIÇÃO DO TOTAL DE FAMÍLIAS, DE FAMÍLIAS POBRES E TAXA DE POBREZA, SEGUNDO AGLOMERAÇÕES URBANAS - PARANÁ - 2000

AGLOMERAÇÕES	NÚMERO DE MUNICÍPIOS	FAMÍLIAS POBRES		TAXA DE POBREZA (%)	TOTAL DE FAMÍLIAS	
		Abs.	%		Abs.	%
Total das Aglomerações	47	217.881	36,97	14,18	1.536.136	54,39
Cascavel	6	19.336	3,28	17,12	112.955	4,00
Curitiba	20	100.286	17,02	12,5	802.436	28,41
Foz do Iguaçu	2	15.207	2,58	19,23	79.096	2,80
Litoral	4	11.046	1,87	19,46	56.751	2,01
Londrina	8	34.874	5,92	13,73	254.007	8,99
Maringá	4	15.432	2,62	12,1	127.512	4,51
Ponta Grossa	3	21.701	3,68	20,99	103.380	3,66
Demais Municípios	352	371.539	63,03	28,84	1.288.247	45,61
<b>TOTAL DO PARANÁ</b>	<b>399</b>	<b>589.420</b>	<b>100,00</b>	<b>20,87</b>	<b>2.824.383</b>	<b>100,00</b>

FONTES: IBGE - Censo Demográfico (microdados); IPARDES - Tabulações Especiais

NOTA: A taxa de pobreza corresponde ao percentual de famílias pobres sobre o total de famílias.

Tão importante quanto a face tipicamente urbana da pobreza é aquela dispersa nos municípios de pequeno porte, cuja dinâmica socioeconômica diferenciada tem levado alguns autores a rediscutir as delimitações do rural<sup>10</sup>. Buscando compreender essa dimensão, estabeleceram-se dois critérios que pudessem auxiliar na visualização da pobreza no rural paranaense.

O primeiro deles consistiu na exclusão dos municípios das aglomerações urbanas, independentemente de seu porte, por se entender que essas aglomerações configuram dinâmicas econômicas e espaciais particulares no contexto estadual. O segundo critério foi o de considerar toda a população dos municípios com população total até 20 mil habitantes e a população domiciliada em áreas rurais dos municípios acima de 20 mil habitantes, configurando o espaço do “rural expandido”, em contraposição à definição do IBGE.

Observa-se que, quer se considere a definição do IBGE, quer a de rural expandido, a pobreza nessas áreas é significativa. O rural definido pelo IBGE, exceto aglomerações, é responsável por 28,29% das famílias pobres do Estado.

Adotando-se o critério do rural expandido, o percentual de famílias pobres no meio rural chega a 46,94%, ou seja, 276.678 famílias. Destaca-se, ainda, que os municípios que concentram essa população são dependentes, basicamente, de atividades rurais. As áreas urbanas dos demais municípios com população acima de 20 mil habitantes concentram outros 16,09% da pobreza no Paraná, e as aglomerações urbanas, como foi mencionado, concentram 36,97%. (tabela 6 e gráfico 1).

---

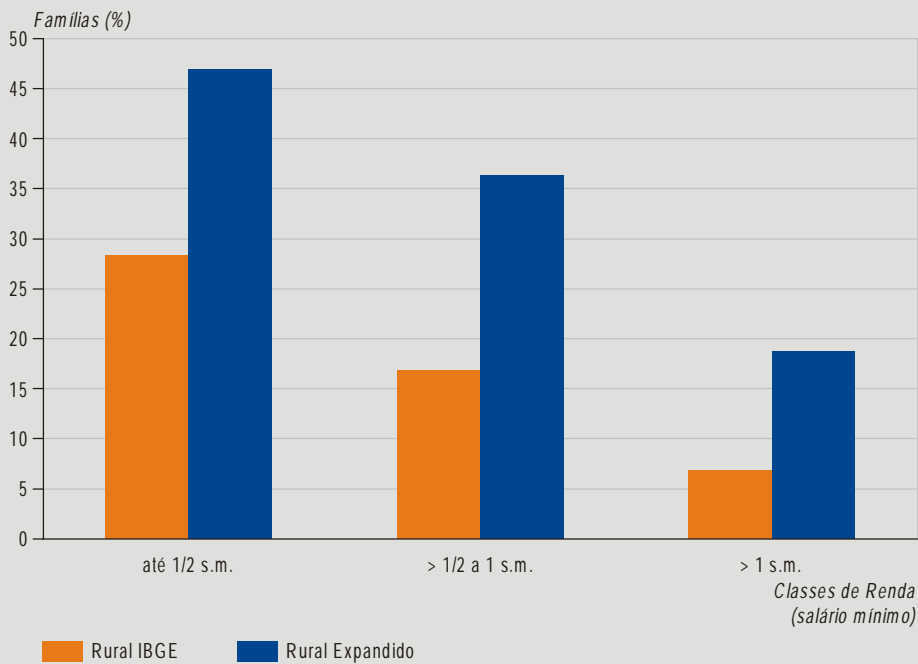
<sup>10</sup>Pelas estatísticas conclui-se que, na Região Sul, o rural está praticamente abolido, uma vez que sua taxa de urbanização é de 80,94%. Do total da população do Paraná (9.563.458 habitantes), 81,41% dos habitantes residem em domicílios urbanos. A utilização de um conceito baseado em tamanho da população, e não em delimitação de área (sede), altera o dado. Segundo Wanderley (2001), o rural permanece, nas sociedades modernas, como espaço específico e diferenciado, onde o pequeno município é parte integrante do mundo rural. Portanto, um corte por tamanho da população (população total até 20.000 habitantes, critério defendido, por exemplo, por George Martine) altera a distribuição entre urbano e rural. No Paraná, menos de 1/3 dos municípios (81) seria considerado urbano (WANDERLEY, 2001, p. 36).

TABELA 6 - NÚMERO E DISTRIBUIÇÃO DE FAMÍLIAS POBRES, SEGUNDO RECORTES TERRITORIAIS - PARANÁ - 2000

RECORTES TERRITORIAIS	FAMÍLIAS POBRES	
	Abs.	%
Total das aglomerações	217.881	36,97
Total das demais áreas urbanas	94.861	16,09
Total rural expandido	276.678	46,94
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>589.420</b>	<b>100,00</b>

FONTES: IBGE - Censo Demográfico (microdados); IPARDES - Tabulações Especiais

GRÁFICO 1 - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DAS FAMÍLIAS "RURAIAS" NO TOTAL DE FAMÍLIAS, SEGUNDO CLASSES DE RENDA FAMILIAR MENSAL PER CAPITA - PARANÁ - 2000



FUNTE: IBGE - Censo Demográfico (microdados); IPARDES - Tabulações Especiais

A realidade visualizada por meio desses critérios reafirma a necessidade de as políticas públicas contemplarem ações específicas. Desse modo, levar em conta esse redimensionamento do rural é fundamental para a equidade das políticas públicas. Reforçando essa idéia, existem estudos demonstrando que em um cenário de crescimento econômico as populações urbanas se beneficiam mais dessa conjuntura (ROCHA, 2000b), enquanto aquelas que moram nas áreas rurais dependem, fundamentalmente, de ações de cunho estrutural.



# CARACTERIZAÇÃO DA POBREZA NO PARANÁ

A pobreza no Paraná é caracterizada, neste item, a partir de um conjunto de indicadores referentes a três níveis: famílias, responsáveis pelas famílias e domicílios. O objetivo é oferecer outros elementos que complementem o corte estabelecido no item anterior, baseado na renda familiar per capita.

## FAMÍLIAS

O tamanho da família é uma variável importante na caracterização da pobreza, pois além do maior ou menor acesso à renda, o número de pessoas entre as quais a renda deve ser dividida afeta a possibilidade de uma família ser considerada ou não como pobre. Como se observa na tabela 7, o número médio de pessoas entre as famílias pobres (3,72) não é diferente daquele verificado para o estrato de renda imediatamente superior (3,62), nem tão distante da média estadual (3,37). Apesar disso sabe-se que, de forma geral, o nível de fecundidade de uma população – que interfere estreitamente no tamanho médio das respectivas famílias – é diferenciado segundo os distintos segmentos socioeconômicos que a compõem. Assim, as parcelas sociais menos favorecidas tendem a apresentar níveis reprodutivos mais elevados que a média da população, ocorrendo o inverso com os segmentos mais bem posicionados.<sup>11</sup>

TABELA 7 - NÚMERO MÉDIO DE MEMBROS POR FAMÍLIA, SEGUNDO CLASSES DE RENDA FAMILIAR MENSAL PER CAPITA E A SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO - PARANÁ - 2000

SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO	CLASSES DE RENDA (salário mínimo)			TOTAL
	até 1/2	> 1/2 a 1	> 1	
Urbano	3,55	3,60	3,10	3,30
Rural	4,09	3,67	3,15	3,69
TOTAL	3,72	3,62	3,11	3,37

FONTES: IBGE - Censo Demográfico (microdados); IPARDES - Tabulações Especiais

<sup>11</sup>Possivelmente, outros fatores, associados a tipos de arranjos familiares e mesmo a diferenciais de mortalidade, estejam tendo peso nessa dinâmica, contribuindo para que o tamanho das famílias não apresente maior diferenciação. A investigação dessas questões, no entanto, foge ao escopo deste trabalho.

Apenas quando se considera a localização da residência das famílias – rural e urbano<sup>12</sup> – é que se observa maior diferença quanto ao tamanho das famílias: as que são pobres e residem em áreas rurais apresentam a maior média de pessoas (4,09). Essa diferenciação aumenta ligeiramente a dimensão rural da pobreza no Estado, uma vez que, enquanto o rural representa 32,93% das famílias pobres, considerando-se o número de pessoas essa participação aumenta para 36,12% (ver tabela 2).

A distribuição da população por sexo não apresenta diferença expressiva em nenhum dos estratos de renda, com a participação das mulheres sempre ligeiramente superior à dos homens. Apenas quando se considera a situação de residência verifica-se, entre a população de áreas rurais, participação mais acentuada de homens, o que mostra uma tendência, já observada em outros trabalhos<sup>13</sup>, de masculinização da população residente no campo (tabela 8).

Quando se verifica a distribuição etária da população conforme os estratos de renda, surgem diferenças importantes, indicando que a composição etária, provavelmente associada a ciclos de vida familiar distintos, é um fator que aumenta a possibilidade de determinadas famílias se situarem abaixo da linha de pobreza. Um indicador dessa diferença é a razão de dependência, que expressa, em linhas gerais, o peso das crianças de 0 a 14 anos, bem como dos idosos com 65 e mais anos de idade, sobre o segmento populacional que, em princípio, estaria exercendo alguma atividade produtiva. Entre as famílias pobres, há 82 pessoas dependentes para cada 100 pessoas ativas, relação que decresce com o aumento da renda, alcançando 37 para cada 100 no estrato com mais de 1 salário mínimo de renda familiar mensal per capita (gráfico 2).

TABELA 8 - POPULAÇÃO TOTAL E DISTRIBUIÇÃO, SEGUNDO CLASSES DE RENDA FAMILIAR MENSAL PER CAPITA, SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO E SEXO - PARANÁ - 2000

SEXO	CLASSES DE RENDA (salário mínimo)								
	até 1/2			> 1/2 a 1			>1		
	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total
POPULAÇÃO TOTAL (Abs.)	1.498.539	824.040	2.322.578	1.964.189	517.699	2.481.888	4.291.115	434.490	4.725.605
Homens (%)	47,97	51,64	49,27	48,75	53,08	49,65	49,08	53,51	49,49
Mulheres (%)	52,03	48,36	50,73	51,25	46,92	50,35	50,92	46,49	50,51
Razão de sexo	92	107	97	95	113	99	96	115	98

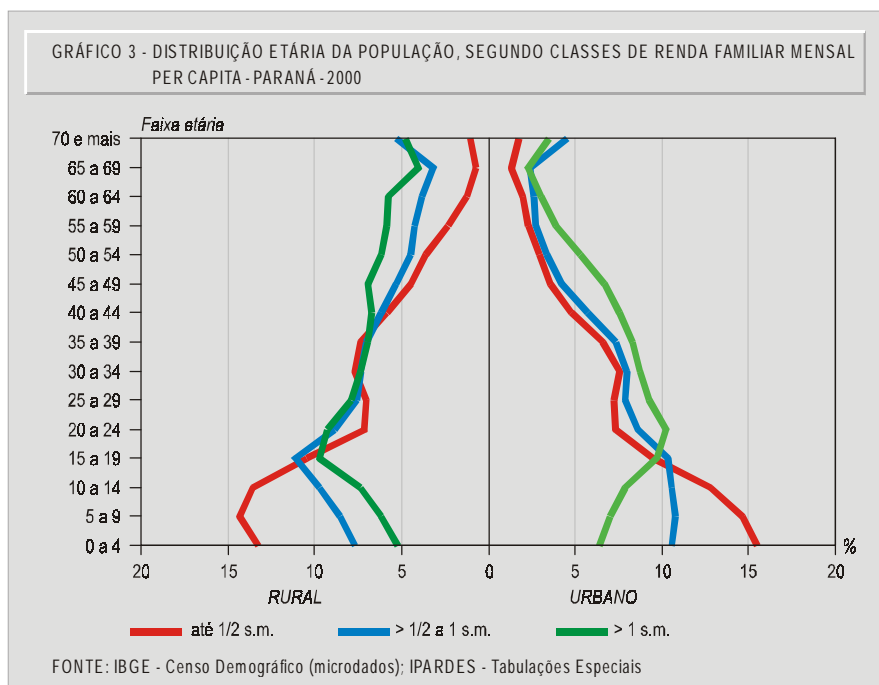
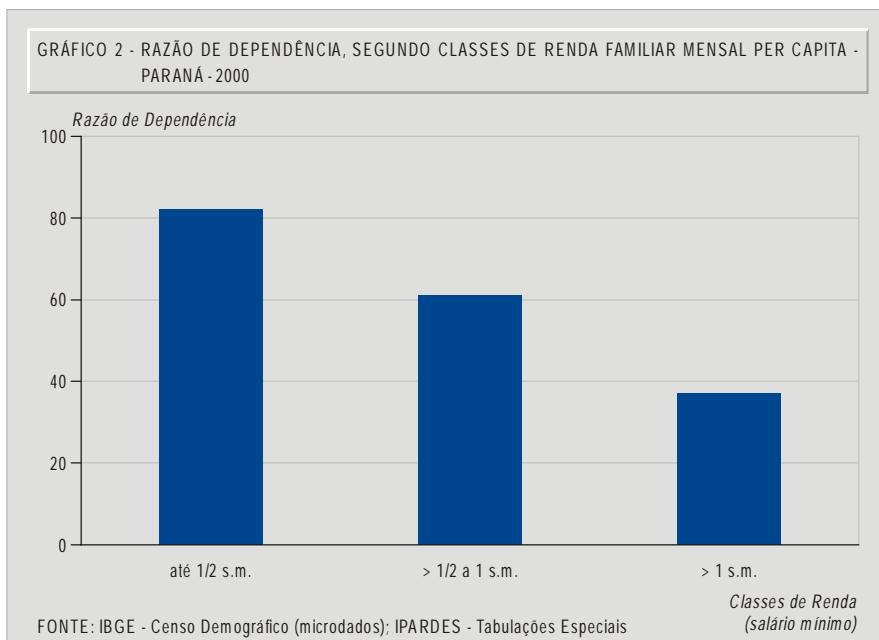
FONTE: IBGE - Censo Demográfico; IPARDES - Tabulações Especiais

NOTA: A razão de sexo relaciona o número de homens em relação ao de mulheres, indicando quantos homens há para cada 100 mulheres.

<sup>12</sup>A partir desta seção todas as referências ao rural seguem o critério do IBGE.

<sup>13</sup>Para o caso brasileiro, ver Camarano e Abramovay (1998).

Esse indicador reflete o fato de que a principal diferença em termos de distribuição etária entre os estratos de renda está relacionada à participação das pessoas com até 14 anos de idade. Nas famílias pobres esse segmento representa 42,31% da população, enquanto no estrato superior essa participação reduz-se para 21,16%, diferencial que se observa tanto na população rural quanto na urbana (gráfico 3).



## PESSOA RESPONSÁVEL

Neste trabalho adotou-se o conceito do Censo Demográfico 2000, segundo o qual a pessoa responsável<sup>14</sup> é o homem ou a mulher responsável pela família ou assim considerado pelos demais moradores.

O foco nesse membro da família deve-se ao pressuposto de que, por sua posição, ele assume papel estruturante no contexto familiar. Assim, elegeram-se as variáveis apresentadas a seguir, por se entender que o grau de vulnerabilidade das famílias está relacionado a determinadas características do responsável, as quais influem na probabilidade de o grupo familiar situar-se abaixo da linha da pobreza.

Um primeiro aspecto a ser considerado é a distribuição dos responsáveis por faixa etária.<sup>15</sup> Analisando esses dados, constata-se que a maioria dos chefes de famílias pobres possui entre 25 e 44 anos, grupo etário que representa 54,10% do total de responsáveis (tabela 9).

TABELA 9 - DISTRIBUIÇÃO DOS RESPONSÁVEIS PELAS FAMÍLIAS POBRES, SEGUNDO SEXO E FAIXA ETÁRIA - PARANÁ - 2000

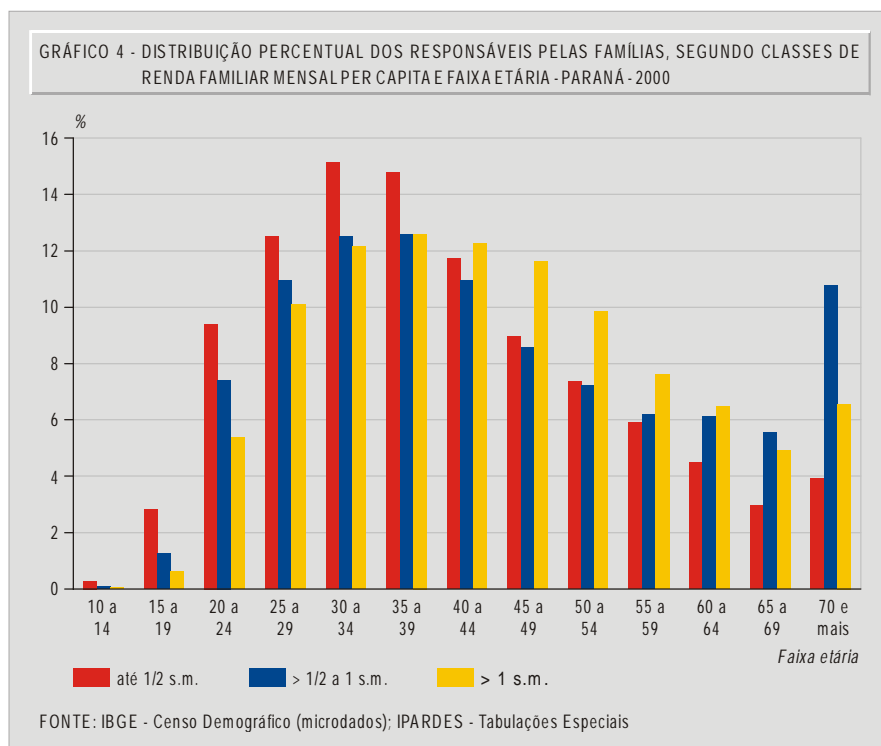
FAIXA ETÁRIA	DISTRIBUIÇÃO %		
	Homens	Mulheres	Total
10 a 14	0,04	0,31	0,11
15 A 19	1,63	6,53	2,83
20 a 24	8,24	12,91	9,39
25 a 29	12,69	11,87	12,49
30 a 34	15,95	12,53	15,11
35 a 39	15,72	11,83	14,77
40 a 44	12,57	9,16	11,73
45 a 49	9,39	7,61	8,95
50 a 54	7,45	7,10	7,36
55 a 59	5,96	5,69	5,89
60 a 64	4,31	5,11	4,51
65 a 69	2,68	3,83	2,96
70 e mais	3,38	5,53	3,91
TOTAL (%)	100,00	100,00	100,00

FONTES: IBGE - Censo Demográfico (microdados); IPARDES - Tabulações Especiais

<sup>14</sup>Alternativamente, em algumas passagens utiliza-se a expressão 'chefe' para designar o responsável pela família.

<sup>15</sup>No item 'Pessoa Responsável', deste trabalho, foram considerados apenas os responsáveis com 10 anos de idade e mais, segmento considerado em idade economicamente ativa. Desse modo, o total de responsáveis pobres não inclui 112 pessoas responsáveis pela família com idade inferior a 10 anos.

Na realidade, os responsáveis pelas famílias pobres apresentam um perfil etário mais jovem, comparativamente com os responsáveis por famílias não-pobres (gráfico 4). Este fato está relacionado, em parte, à presença mais acentuada de jovens (10 a 24 anos) como responsáveis pelas famílias pobres.



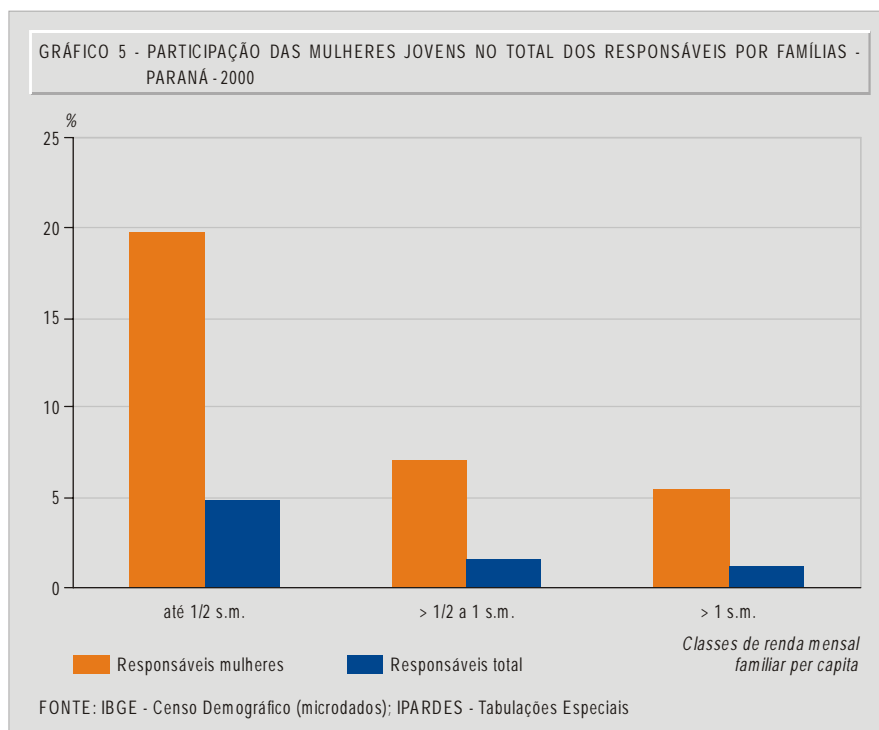
Segundo o Censo Demográfico, 226 mil jovens eram responsáveis por algum tipo de família no Paraná, em 2000, o que representa 8,00% do total de famílias; deste contingente, 36 mil tinham idade inferior a 20 anos (tabela 10). Quando se consideram apenas as famílias pobres, a participação dos jovens na condição de responsável aumenta, atingindo 12,32%.

Em relação ao total de chefes, as mulheres com até 24 anos de idade representam 4,8%. Considerando-se apenas o total de chefes mulheres, as jovens representam 20%. Entre as famílias do estrato superior (> 1/2 a 1 s.m. e > 1 s.m.) esses percentuais são bem menores (gráfico 5).

TABELA 10 - NÚMERO DE JOVENS E TOTAL DE RESPONSÁVEIS POR FAMÍLIAS, SEGUNDO CLASSES DE RENDA FAMILIAR MENSAL PER CAPITA E SEXO - PARANÁ - 2000

SEXO	CLASSE DE RENDA (salário mínimo)			TOTAL
	até 1/2	>1/2 a 1	> 1	
Homens				
10 - 19 anos	7.429	6.939	6.362	20.730
20 - 24 anos	36.660	44.223	66.164	147.048
Mulheres				
10 - 19 anos	9.881	2.388	3.036	15.304
20 - 24 anos	18.649	9.165	15.161	42.974
Total 10 - 24 anos	72.619	62.715	90.722	226.056
TOTAL	589.308	720.232	1.514.662	2.824.202
Homens	444.862	555.797	1.181.886	2.182.544
Mulheres	144.446	164.435	332.777	641.658

FONTES: IBGE - Censo Demográfico (microdados); IPARDES - Tabulações Especiais



Ressalte-se que entre aqueles chefes de família com idade entre 10 e 19 anos, adolescentes, portanto, quase a metade é responsável por uma família pobre.

Entre as famílias pobres a participação de idosos como responsável familiar é relativamente menor (11,38%), comparativamente aos demais estratos de renda (ver tabela 9 e gráfico 4). Porém, conformam um contingente expressivo, totalizando 67 mil pessoas, sendo 31% mulheres.

As mulheres representam 24,51% dos chefes de família com renda familiar per capita de até  $\frac{1}{2}$  s.m. (ver tabela 10). Trata-se de um nível de participação que não se diferencia do que se observou nos demais estratos de renda. A principal diferença está na participação mais acentuada das jovens na chefia de famílias pobres, como se sublinhou.

Em relação à escolaridade, 44,17% das pessoas responsáveis por domicílio com renda per capita até  $\frac{1}{2}$  s.m. possuem até 3 anos de estudo. O perfil de escolaridade entre os chefes de famílias pobres não se diferencia expressivamente daquele observado no estrato imediatamente superior ( $> 1/2$  a  $\leq 1$ ). Nesses dois estratos, mais de 70% dos responsáveis não concluíram o ensino fundamental. Cabe destacar que, no estrato superior ( $> 1$  s.m.), o intervalo de 11 anos e mais de estudo corresponde a 36,28%. Comparando-se com as duas classes de renda anteriores, evidencia-se a estreita relação entre anos de estudo e rendimentos (tabela 11).

Analisando a variável escolaridade relacionada ao sexo dos responsáveis apenas para as famílias pobres, tem-se que 55,32% das mulheres responsáveis residentes no meio rural têm até 3 anos de estudo. No urbano, esse percentual é de 41,40%; porém, é preciso destacar que são as chefes mulheres residentes no urbano que apresentam o melhor perfil educacional (tabela 12).<sup>16</sup>

Os indicadores relacionados à participação dos responsáveis no mercado de trabalho<sup>17</sup> mostram que aqueles que chefiam as famílias pobres e residem em áreas urbanas são os que têm maior dificuldade de inserção produtiva. Esse segmento apresenta a menor taxa de atividade (72,51%) e a maior taxa de desemprego (30,90%) (tabela 13). O primeiro indicador revela que esses chefes têm um nível de inatividade maior, fato que merece ser destacado, uma vez que os chefes de famílias pobres são os que apresentam o perfil mais jovem. Essa inatividade pode estar associada a vários fatores, atuando

---

<sup>16</sup>Talvez isso se deva à participação mais acentuada de jovens, entre as mulheres que chefiam as famílias pobres; as diferenças de escolaridade intergerações geralmente são mais favoráveis aos jovens.

<sup>17</sup>O Censo distingue as pessoas de 10 anos ou mais de idade que procuram trabalho e as que têm trabalho, as quais compõem a População Economicamente Ativa (PEA). São consideradas ocupadas as pessoas que exerciam alguma atividade econômica remunerada, sem remuneração, ou na produção para o próprio consumo, na semana de referência do Censo (23 a 29 de julho de 2000); as pessoas que não exerciam nenhum trabalho mas que o procuraram no mês de referência (30 de junho a 29 de julho de 2000) são consideradas como desempregadas (IBGE, 2002).

isolada ou conjuntamente: o baixo nível de escolaridade; o desalento decorrente de tentativas frustradas de obter emprego; a opção, entre os jovens, por dar continuidade aos estudos, contando, neste caso, com o amparo de parentes para suprir suas necessidades.

A elevada taxa de desemprego neste segmento dos responsáveis, envolvendo 88,6 mil pessoas, aponta para uma situação ainda mais crítica quando, apesar da disponibilidade por parte das pessoas, as tentativas de encontrar emprego são malsucedidas (tabela 14).

TABELA 11 - NÚMERO E DISTRIBUIÇÃO DOS RESPONSÁVEIS PELA FAMÍLIA, SEGUNDO CLASSES DE RENDA FAMILIAR MENSAL PER CAPITA E ANOS DE ESTUDO - PARANÁ - 2000

ANOS DE ESTUDO	CLASSES DE RENDA (salários mínimos)							
	até 1/2		> 1/2 a 1		> 1		TOTAL	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Até 3 anos	260.301	44,17	285.201	39,60	289.982	19,15	835.484	29,58
4 a 7 anos	231.265	39,24	271.229	37,66	432.006	28,52	934.500	33,09
8 a 10 anos	60.184	10,21	96.056	13,34	243.217	16,06	399.458	14,14
11 e mais	37.557	6,37	67.746	9,41	549.457	36,28	654.760	23,18
<b>TOTAL</b>	<b>589.308</b>	<b>100,00</b>	<b>720.232</b>	<b>100,00</b>	<b>1.514.662</b>	<b>100,00</b>	<b>2.824.202</b>	<b>100,00</b>

FONTES: IBGE - Censo Demográfico (microdados); IPARDES - Tabulações Especiais

TABELA 12 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS PESSOAS RESPONSÁVEIS PELAS FAMÍLIAS POBRES, SEGUNDO ANOS DE ESTUDO, ZONA DE RESIDÊNCIA E SEXO - PARANÁ - 2000

ANOS DE ESTUDO	URBANO			RURAL		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Até 3 anos	41,39	41,44	41,40	49,22	55,32	49,81
4 a 7 anos	40,63	34,47	38,67	41,47	30,46	40,40
8 a 10 anos	10,98	14,29	12,03	6,24	9,00	6,51
11 e mais	7,00	9,80	7,89	3,07	5,21	3,28
<b>TOTAL</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

FONTES: IBGE - Censo Demográfico (microdados); IPARDES - Tabulações Especiais

TABELA 13 - TAXA DE ATIVIDADE E DE DESEMPREGO DAS PESSOAS RESPONSÁVEIS PELAS FAMÍLIAS, SEGUNDO CLASSES DE RENDA FAMILIAR MENSAL PER CAPITA E SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO - PARANÁ - 2000

TAXAS (%)	CLASSES DE RENDA (salário mínimo)											
	até 1/2			> 1/2 a 1			> 1			TOTAL		
	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total
De atividade	72,51	83,26	76,05	74,09	78,12	74,93	82,21	87,23	82,67	78,60	82,80	79,31
De desemprego	30,90	5,08	21,59	6,84	0,99	5,57	2,51	0,54	2,32	7,92	2,51	6,96

FONTES: IBGE - Censo Demográfico (microdados); IPARDES - Tabulações Especiais

NOTA: A taxa de atividade é o percentual de pessoas economicamente ativas (ocupadas ou desocupadas) em relação ao total de pessoas de 10 anos ou mais de idade. A taxa de desemprego é o percentual de pessoas desocupadas em relação à população economicamente ativa.

TABELA 14 - NÚMERO DE RESPONSÁVEIS PELAS FAMÍLIAS, SEGUNDO CLASSES DE RENDA FAMILIAR MENSAL PER CAPITA, SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO E CONDIÇÃO DE OCUPAÇÃO - PARANÁ - 2000

CONDIÇÃO DE OCUPAÇÃO	CLASSES DE RENDA (salário mínimo)											
	até 1/2			> 1/2 a 1			> 1			TOTAL		
	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total
Ocupados	198.053	153.364	351.417	394.031	115.537	509.569	1.103.915	119.223	1.223.138	1.696.000	388.124	2.084.123
Desempregados	88.559	8.213	96.772	28.919	1.156	30.074	28.365	643	29.009	145.843	10.012	155.855
Inativos	108.645	32.475	141.120	147.898	32.690	180.588	244.966	17.550	262.516	501.509	82.714	584.224
<b>TOTAL</b>	<b>395.257</b>	<b>194.051</b>	<b>589.308</b>	<b>570.848</b>	<b>149.383</b>	<b>720.232</b>	<b>1.377.247</b>	<b>137.416</b>	<b>1.514.662</b>	<b>2.343.352</b>	<b>480.850</b>	<b>2.824.202</b>

FONTES: IBGE - Censo Demográfico (microdados); IPARDES - Tabulações Especiais



Os indicadores da condição de ocupação, quando considerados a partir da distinção entre urbano e rural, ajudam a compreender outro aspecto, já levantado neste trabalho, quanto ao menor impacto das variações do ciclo econômico sobre os níveis de pobreza nas áreas não metropolitanas, particularmente nas rurais. Verifica-se que a quase totalidade dos chefes pobres economicamente ativos, no meio rural, está ocupada – 94,92% são ocupados. Portanto, o aumento na demanda por trabalho decorrente da retomada do crescimento tende a ter pequeno impacto sobre esse segmento. A questão que se coloca é a baixa produtividade que caracteriza importante parcela da produção familiar e/ou os baixos níveis de remuneração do trabalho agrícola, os quais somente são superáveis mediante mudanças estruturais no padrão fundiário e produtivo. Nesse contexto, políticas de renda – como se exemplificou pela previdência rural – terminam por surtir efeito mais rápido sobre o nível de renda familiar, o que não exclui iniciativas relacionadas à questão fundiária e de reconversão produtiva.

A relação entre pobreza e trabalho não se restringe às dificuldades de inserção no mercado de trabalho, expressas no desemprego, e, em certos casos, à própria inatividade, mas coloca-se também quando se analisam as características da ocupação.

Diferenças importantes são observadas quanto à posição dos ocupados, indicador que espelha as relações de trabalho sob as quais as atividades produtivas são organizadas. Considerando-se os responsáveis residentes no meio rural, a principal característica é a ocupação por conta-própria, que expressa a situação das pessoas que normalmente organizam a atividade produtiva de forma autônoma, contando, no máximo, com a ajuda de membros da família e/ou contratação eventual de trabalhadores. Neste sentido, essa categoria é composta, em sua maioria, pelos produtores familiares, e representa a principal forma de inserção ocupacional no meio rural para os responsáveis dos três estratos de renda<sup>18</sup>. Porém, ela é mais relevante entre os

---

<sup>18</sup>O conceito de produção familiar expressa uma das principais clivagens na organização da produção rural, em contraposição a formas empresariais. Contudo, trata-se de uma categoria que envolve situações bastante diferenciadas em suas condições de produção, o que influi sobre as possibilidades de obtenção de renda e, portanto, de ser considerado pobre ou não.

chefes do estrato superior (62,78%). No caso dos chefes de famílias pobres, essa categoria representa 48,02% do total, com o assalariamento – com ou sem carteira assinada – e a produção para autoconsumo representando, respectivamente, 39,37% e 8,77%.

Entre os responsáveis residentes em áreas urbanas, a principal forma de inserção ocupacional se dá por meio do assalariamento. Entretanto, entre aqueles que chefiam famílias pobres o assalariamento com carteira assinada reduz-se para 32,93%, mais de 10 pontos percentuais abaixo da média para todos os chefes de família (44,39%). Entre os pobres destacam-se o assalariamento sem carteira assinada (28,49%) e uma elevada participação de trabalho doméstico (11,63%). Entre os chefes nas áreas urbanas a ocupação por conta-própria representa, em todos os estratos de renda, aproximadamente ¼ de toda a ocupação; diferenciações internas à categoria devem se relacionar ao estrato em que os chefes se situam – se pobres ou não (tabela 15).

TABELA 15 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS PESSOAS RESPONSÁVEIS PELAS FAMÍLIAS, SEGUNDO CLASSES DE RENDA FAMILIAR MENSAL PER CAPITA, SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO E RELAÇÃO DE EMPREGO - PARANÁ - 2000

RELAÇÃO DE EMPREGO	CLASSES DE RENDA (salários mínimos)					
	até 1/2			> 1/2 a 1		
	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total
Trabalhador domiciliar c/carteira	2,23	0,50	1,47	1,87	0,84	1,64
Trabalhador domiciliar s/carteira	9,40	1,19	5,82	4,14	0,99	3,43
Empregado c/carteira	32,93	18,70	26,72	49,00	29,94	44,68
Empregado s/carteira	28,49	20,67	25,08	19,90	17,73	19,41
Empregador	0,34	0,21	0,28	0,85	0,47	0,77
Conta-própria	24,78	48,02	34,92	23,61	46,11	28,71
Aprendiz/estagiário s/remuneração	0,24	0,05	0,16	0,06	0,04	0,05
Não remunerado/ajuda familiar	0,71	1,89	1,23	0,17	0,50	0,25
Produção para o próprio consumo	0,88	8,77	4,32	0,39	3,36	1,07
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

RELAÇÃO DE EMPREGO	CLASSES DE RENDA (salários mínimos)					
	> 1			TOTAL		
	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total
Trabalhador domiciliar c/carteira	0,74	0,53	0,72	1,17	0,61	1,07
Trabalhador domiciliar s/carteira	1,26	0,68	1,20	2,88	0,97	2,52
Empregado c/carteira	44,80	19,50	42,33	44,39	22,29	40,27
Empregado s/carteira	15,92	10,51	15,40	18,32	16,67	18,01
Empregador	8,78	4,23	8,33	5,95	1,52	5,13
Conta-própria	28,12	62,78	31,49	26,68	51,99	31,39
Aprendiz/estagiário s/remuneração	0,10	-	0,09	0,11	0,03	0,09
Não remunerado/ajuda familiar	0,17	0,33	0,19	0,24	1,00	0,38
Produção para o próprio consumo	0,11	1,45	0,25	0,27	4,91	1,13
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTES: IBGE - Censo Demográfico (microdados); IPARDES - Tabulações Especiais

Complementando essa caracterização da inserção ocupacional, observa-se que também em relação aos setores de atividade há importantes diferenças. Entre aqueles que residem no meio rural, a maioria dos ocupados encontra-se envolvida com atividades agropecuárias, extração vegetal e pesca. Porém, essa característica é mais acentuada entre os chefes de famílias pobres (84,42%).

No meio urbano as diferenciações são mais acentuadas, principalmente em relação aos responsáveis situados no estrato superior (> 1 s.m. per capita), para quem o setor de serviços representa 42,17% das ocupações.

Ressalte-se o fato de que aproximadamente 143 mil chefes residentes no urbano estão ligados a atividades agrícolas. Entre as famílias pobres essas atividades representam 20,68% da ocupação, constituindo, este setor, o principal provedor de trabalho para os chefes pobres das áreas urbanas.<sup>18</sup> Tomando em conjunto os chefes residentes nos meios urbano e rural, este setor representa a metade da ocupação entre os chefes pobres (tabela 16).

TABELA 16 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS RESPONSÁVEIS PELAS FAMÍLIAS OCUPADOS, SEGUNDO CLASSES DE RENDA FAMILIAR MENSAL PER CAPITA, SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO E SETOR DE ATIVIDADE - PARANÁ - 2000

SETOR DE ATIVIDADE	CLASSES DE RENDA (salários mínimos)					
	até 1/2			> 1/2 a 1		
	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total
Ativ. agrop., ext. vegetal e pesca	20,68	84,42	48,50	11,01	74,06	25,31
Indústria extrativa	0,43	0,42	0,43	0,30	0,52	0,35
Indústria de transformação	15,65	4,30	10,70	20,59	7,30	17,57
Construção Civil	16,60	2,92	10,63	16,21	4,34	13,52
Comércio	13,63	1,91	8,51	17,61	4,07	14,54
Serviços	19,77	3,87	12,83	26,77	7,15	22,33
Serviços domésticos	11,63	1,68	7,29	6,01	1,84	5,06
Org. interna e ativ. mal definidas	1,61	0,47	1,11	1,49	0,73	1,32
<b>TOTAL</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

SETOR DE ATIVIDADE	CLASSES DE RENDA (salários mínimos)					
	> 1			TOTAL		
	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total
Ativ. agrop., ext. vegetal e pesca	5,35	70,09	11,66	8,46	76,93	21,21
Indústria extrativa	0,16	0,41	0,19	0,23	0,45	0,27
Indústria de transformação	17,56	6,41	16,47	18,04	5,84	15,77
Construção Civil	9,03	3,55	8,49	11,58	3,53	10,08
Comércio	22,17	5,81	20,58	20,12	3,75	17,07
Serviços	42,17	11,68	39,20	35,98	7,25	30,63
Serviços domésticos	2,00	1,21	1,92	4,05	1,58	3,59
Org. interna e ativ. mal definidas	1,56	0,83	1,49	1,55	0,66	1,38
<b>TOTAL</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

FONTES: IBGE - Censo Demográfico (microdados); IPARDES - Tabulações Especiais

<sup>18</sup>Através de tabulação específica, constatou-se que quase 2/3 dos chefes pobres em áreas urbanas e ocupados em atividades rurais residiam no espaço definido, neste trabalho, como rural expandido. Cabe lembrar que neste espaço estão incluídas todas as áreas rurais do Estado e as áreas urbanas dos municípios com menos de 20 mil habitantes, exceto os municípios que integram as aglomerações urbanas do Estado. Verificou-se, também, que esses chefes são, em sua maioria, trabalhadores assalariados (78,19%).

Ainda em relação aos chefes de famílias pobres residentes no meio urbano, estes se diferenciam pelo maior peso dos serviços domésticos (11,63%) – confirmando o que se afirmou acima – e da construção civil (16,60%).

## **DOMICÍLIOS**

---

Um dos mais graves problemas sociais a serem enfrentados no Brasil é o habitacional. Nos centros urbanos, com seus elevados contingentes de população favelada, a questão habitacional é visível. No espaço rural, mesmo não sendo tão aparente, ela também está presente.

O déficit habitacional<sup>19</sup>, como um dos aspectos agravantes da pobreza em suas inúmeras manifestações, está relacionado à demanda por novas moradias e à precariedade das já existentes, tanto no meio urbano quanto no rural.

No contexto urbano, o contingente populacional cresce rapidamente. Como esse crescimento não é acompanhado pelo provimento de infra-estrutura, começam a surgir áreas favelizadas, ocupadas de forma desordenada, sem infra-estrutura básica e construídas de forma inadequada, tanto do ponto de vista da moradia, propriamente dita, como do meio ambiente. No que diz respeito aos domicílios rurais, deve-se considerar também a falta de infra-estrutura básica e, principalmente, a deterioração das construções.

Neste trabalho, de dimensionamento da pobreza no Paraná, apresentam-se alguns dados relativos ao domicílio com o intuito de investigar o grau de adequação desses domicílios em relação às famílias pobres.

A definição da adequação ou não do domicílio tem como fim investigar a qualidade de vida dos moradores e, para tanto, foram utilizados os seguintes critérios: densidade por cômodo e infra-estrutura sanitária (água e esgoto).

O Paraná contava, em 2000, segundo dados do Censo Demográfico, com uma média de 3,6 pessoas por domicílio. Os trabalhos que se utilizam do expediente do cálculo do adensamento excessivo de moradores por domicílio

---

<sup>19</sup>O conceito de déficit habitacional está ligado diretamente às deficiências de estoques de moradias, que compreendem os domicílios sem condições de habitabilidade, devido à precariedade das construções ou a desgastes da estrutura física.

consideram que os domicílios onde existem mais de 3 pessoas por cômodo utilizado como dormitório<sup>20</sup> podem ser tomados como inadequados.

Analisando os dados relativos ao total de cômodos dos domicílios<sup>21</sup> com famílias pobres observa-se que 22,66% deles possuem até três cômodos e 18,44% têm quatro cômodos. Note-se que, somando as duas condições, tem-se 41,10% das famílias pobres residindo em domicílios com até quatro cômodos (tabela 17).

Para precisar essa inadequação do domicílio, a caracterização é complementada com os dados relativos à densidade de pessoas por cômodo utilizado como dormitório. Observa-se que a maioria dos domicílios, 81,55%, apresenta uma adequação segundo o conceito utilizado de até três pessoas por cômodo. Porém, é preciso considerar que há 16,88% das famílias pobres em situação inadequada, enquanto no estrato superior (maior de 1 s.m.) esse percentual não atinge 2% (tabela 18).

Com relação à infra-estrutura sanitária, as variáveis adotadas neste trabalho dizem respeito à forma de escoamento dos dejetos e canalização para distribuição da água no domicílio.

Quanto à primeira variável, o critério para a avaliação de adequação adotado refere-se a duas situações: rede geral de esgoto pluvial e fossa séptica. A observação dos dados mostra que apenas 31,24% das famílias pobres contam com o serviço de escoamento adequado. Por outro lado, 62,22% convivem com a inadequação desse serviço, as quais se somam àquelas que vivem em domicílios permanentes sem sanitários (4,96%) (tabela 19).

---

<sup>20</sup>Segundo o IBGE, **cômodos** são todos os compartimentos integrantes do domicílio separados por paredes, inclusive banheiros e cozinha, e os existentes na parte externa do prédio, desde que constituam parte integrante do domicílio. Não são considerados os corredores, alpendres, varandas abertas e outros compartimentos utilizados para fins não residenciais, como garagens, depósitos, etc. **Dormitório**, para o IBGE, são todos os cômodos integrantes do domicílio que estavam servindo, em caráter permanente, de dormitório para os moradores, nele incluídos aqueles que assim são utilizados em função de não haver acomodação adequada para esta finalidade.

<sup>21</sup>Quando o domicílio foi considerado improvisado, pelo Censo Demográfico, não foram levantadas informações sobre sua infra-estrutura. Nas tabelas esses domicílios foram apresentados à parte, para totalizar o número de domicílios particulares aqui estudados.

TABELA 17 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS FAMÍLIAS, SEGUNDO CLASSES DE RENDA MENSAL FAMILIAR PER CAPITA, SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO E NÚMERO DE CÔMODOS DOS DOMICÍLIOS - PARANÁ - 2000

NÚMERO DE CÔMODOS	CLASSES DE RENDA (salários mínimos)					
	até 1/2			> 1/2 a 1		
	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total
Domicílios improvisados	0,60	3,57	1,58	0,32	1,31	0,53
1	1,43	1,12	1,33	0,63	0,71	0,64
2	8,55	8,44	8,52	4,15	5,14	4,36
3	13,03	12,36	12,81	9,32	7,90	9,03
4	18,41	18,51	18,44	16,14	15,10	15,93
> 5	57,98	55,99	57,32	69,43	69,84	69,52
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

NÚMERO DE CÔMODOS	CLASSES DE RENDA (salários mínimos)					
	> 1			TOTAL		
	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total
Domicílios improvisados	0,22	0,67	0,26	0,31	2,04	0,60
1	0,16	0,32	0,18	0,49	0,76	0,53
2	1,33	2,19	1,40	3,23	5,63	3,64
3	4,31	4,57	4,33	7,00	8,75	7,30
4	8,43	9,75	8,55	11,99	14,95	12,49
> 5	85,56	82,50	85,28	76,98	67,87	75,43
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTES: IBGE - Censo Demográfico (microdados); IPARDES - Tabulações Especiais

TABELA 18 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DE FAMÍLIAS POR CLASSES DE RENDA FAMILIAR MENSAL PER CAPITA, SEGUNDO DENSIDADE POR DORMITÓRIO - PARANÁ - 2000

DENSIDADE POR DORMITÓRIO	CLASSES DE RENDA (salários mínimos)					
	até 1/2			> 1/2 a 1		
	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total
Domicílios improvisados	0,60	3,57	1,58	0,32	1,31	0,53
Até 3 pessoas	81,19	82,28	81,55	92,62	94,70	93,05
Mais de 3 pessoas	18,21	14,16	16,88	7,05	3,99	6,42
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

DENSIDADE POR DORMITÓRIO	CLASSES DE RENDA (salários mínimos)					
	> 1			TOTAL		
	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total
Domicílios improvisados	0,22	0,67	0,26	0,31	2,04	0,60
Até 3 pessoas	98,09	97,50	98,03	93,91	90,49	93,32
Mais de 3 pessoas	1,69	1,83	1,71	5,79	7,47	6,07
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTES: IBGE - Censo Demográfico (microdados); IPARDES - Tabulações Especiais

TABELA 19 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS FAMÍLIAS, SEGUNDO CLASSES DE RENDA MENSAL FAMILIAR PER CAPITA, SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO E TIPO DE ESCOADOURO DOS DOMICÍLIOS - PARANÁ - 2000

FORMAS DE ESCOADOURO SANITÁRIO	CLASSES DE RENDA (salários mínimos)					
	até 1/2			> 1/2 a 1		
	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total
Domicílios improvisados	0,60	3,57	1,58	0,32	2,57	0,79
Domicílios permanentes s/sanitário	2,36	10,26	4,96	0,87	4,35	1,59
Rede geral de esgoto ou pluvial	27,73	0,74	18,84	33,62	1,32	26,92
Fossa séptica	14,21	8,71	12,40	16,06	11,89	15,20
Fossa rudimentar	48,75	68,73	55,33	45,02	73,19	50,86
Vala	2,96	4,91	3,60	1,83	3,95	2,27
Rio, lago ou mar	2,42	1,14	2,00	1,72	1,23	1,62
Outro escoadouro	0,97	1,95	1,29	0,56	1,49	0,75
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

FORMAS DE ESCOADOURO SANITÁRIO	CLASSES DE RENDA (salários mínimos)					
	> 1			TOTAL		
	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total
Domicílios improvisados	0,22	2,09	0,39	0,31	2,84	0,74
Domicílios permanentes s/sanitário	0,18	1,36	0,29	0,72	5,88	1,60
Rede geral de esgoto ou pluvial	55,76	2,24	50,90	45,64	1,35	38,10
Fossa séptica	16,28	16,63	16,31	15,88	11,96	15,21
Fossa rudimentar	25,80	72,46	30,03	34,35	71,18	40,62
Vala	0,75	2,84	0,94	1,38	4,02	1,83
Rio, lago ou mar	0,81	1,21	0,85	1,30	1,18	1,28
Outro escoadouro	0,19	1,16	0,28	0,41	1,58	0,61
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTES: IBGE - Censo Demográfico (microdados); IPARDES - Tabulações Especiais

Esse mesmo dado, quando desagregado por situação de domicílio, mostra que a situação agrava-se no meio rural, onde 76,73% das famílias pobres vivem de maneira inadequada quanto à forma de escoamento dos dejetos. Esse número passa para 90,56% das famílias pobres quando é acrescida a condição de domicílios improvisados ou permanentes sem sanitários.

Relativamente à segunda variável – canalização para distribuição da água no domicílio –, optou-se por investigar o acesso à água dentro do domicílio, avaliando-se que essa condição permite comparar a situação tanto no meio urbano quanto no rural. Há indícios de que o cumprimento dessa condição traduz-se em uma melhora geral das condições socio sanitárias da família, particularmente no que diz respeito a doenças infectocontagiosas.

De modo geral, a condição da água canalizada em pelo menos um cômodo tem uma cobertura significativa em todas as classes de renda analisadas. Porém, é possível observar que entre as famílias pobres este serviço apresenta o pior percentual de cobertura, 85,59%. Chamam a atenção os percentuais relativos às formas de canalização da água só no terreno e à não canalizada, que somam 12,83% entre as famílias pobres. Na área rural esses números alcançam uma dimensão ainda maior, com 23,40% de famílias sem acesso à água dentro do domicílio (tabela 20).

TABELA 20 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS FAMÍLIAS, SEGUNDO CLASSES DE RENDA FAMILIAR PER CAPITA, SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO E FORMAS DE CANALIZAÇÃO DA ÁGUA - PARANÁ - 2000

FORMAS DE CANALIZAÇÃO DA ÁGUA	CLASSES DE RENDA (salários mínimos)					
	até 1/2			> 1/2 a 1		
	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total
Domicílios improvisados	0,60	3,57	1,58	0,32	1,31	0,53
Canalizada em pelo menos 1 cômodo	91,76	73,04	85,59	96,97	84,70	94,43
Canalizada só no terreno	4,86	8,26	5,97	1,83	5,56	2,60
Não canalizada	2,79	15,14	6,86	0,88	8,43	2,44
<b>TOTAL</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

FORMAS DE CANALIZAÇÃO DA ÁGUA	CLASSES DE RENDA (salários mínimos)					
	> 1			TOTAL		
	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total
Domicílios improvisados	0,22	0,67	0,26	0,31	2,04	0,60
Canalizada em pelo menos 1 cômodo	99,03	91,07	98,31	97,30	81,81	94,66
Canalizada só no terreno	0,58	3,94	0,88	1,60	6,19	2,38
Não canalizada	0,17	4,33	0,55	0,79	9,96	2,35
<b>TOTAL</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

FONTES: IBGE - Censo Demográfico (microdados); IPARDES - Tabulações Especiais

Em relação à condição domiciliar, um dado importante a ser verificado é a convivência ou não de famílias no mesmo domicílio. Esta condição é importante, pois ela tanto pode estar associada a situações de inadequação relacionadas à densidade domiciliar, conforme analisado anteriormente, como revelar estratégias familiares de sobrevivência em situação de vulnerabilidade social. Quase 10% das famílias paranaenses compartilham o domicílio em que residem. Embora presente em todas as classes de renda, esse problema é mais acentuado entre as famílias pobres, das quais 15,43% encontram-se nesta condição, totalizando 91 mil famílias (tabela 21).

TABELA 21 - NÚMERO E DISTRIBUIÇÃO DAS FAMÍLIAS, SEGUNDO CLASSES DE RENDA FAMILIAR MENSAL PER CAPITA E TIPO DE DOMICÍLIO - PARANÁ - 2000

TIPO DE DOMICÍLIO	CLASSES DE RENDA (salário mínimo)						TOTAL	
	até 1/2		> 1/2 a 1		> 1			
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Com família única	498.491	84,57	644.533	89,49	1.401.226	92,51	2.544.250	90,08
Plurifamiliar	90.929	15,43	75.734	10,51	113.470	7,49	280.133	9,92
<b>TOTAL</b>	<b>589.420</b>	<b>100,00</b>	<b>720.267</b>	<b>100,00</b>	<b>1.514.696</b>	<b>100,00</b>	<b>2.824.383</b>	<b>100,00</b>

FONTES: IBGE - Censo Demográfico (microdados); IPARDES - Tabulações Especiais

A importância de destacar esse aspecto está, também, no fato de que pode estar associado ao desemprego de uma proporção elevada de chefes, entre as famílias pobres, particularmente no meio urbano. Neste caso, a cooperação não se limitaria à coabitação, mas também à provisão de renda entre famílias.



## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Buscou-se, aqui, quantificar e caracterizar as famílias em situação de pobreza no Paraná. Acredita-se que, a partir desses elementos, a ação pública, por meio de iniciativas dos gestores de políticas setoriais – sociais e econômicas –, possa encontrar melhor fundamento para a elaboração de estratégias de enfrentamento da pobreza.

Embora todos os esforços no sentido de definir a pobreza acabem por eleger um segmento específico da população com insuficiência de renda, é importante ressaltar que as desigualdades não se limitam a este grupo, normalmente identificado como pobre. Nesse sentido, é importante ter claro que o grupo aqui focalizado representa a situação de vulnerabilidade mais extrema, que deve ser priorizado, mas que a população que demanda a atenção de políticas públicas extrapola esse grupo.

Não se pretendeu, também, que este estudo esgotasse toda a complexidade envolvida nas situações de pobreza. Na realidade, ao seu término, observa-se que algumas questões mereceriam ser aprofundadas, tais como a pobreza no espaço rural, a importância dos arranjos familiares nas estratégias de sobrevivência familiar e o grave problema do desemprego entre os responsáveis pelas famílias pobres, particularmente no meio urbano.

No Paraná, a taxa de pobreza entre as famílias é da ordem de 20,87%, e constata-se que ela está presente, em maior ou menor grau, em todos os municípios. A pobreza é expressiva tanto no meio rural, independentemente do critério adotado, quanto no urbano. Neste último caso, as aglomerações urbanas concentram 37% das famílias pobres no Estado.

Os resultados associados à espacialização da pobreza ressaltam a importância de se considerar a pobreza tanto em termos dos contingentes populacionais envolvidos, como em termos relativos em cada município. Observou-se, por exemplo, que vários municípios com baixa taxa de pobreza concentram volumes expressivos de famílias pobres, particularmente aqueles situados nas aglomerações urbanas. Em contraposição, há um conjunto de municípios que, independentemente do número de famílias pobres, apresenta elevadas taxas de pobreza, o que permite apontá-los como aqueles em posição mais crítica.

Essas diferenças implicam demandas sociais específicas, exigindo políticas públicas que levem em conta suas especificidades, em particular quanto à capacidade diferenciada regional/municipal para fazer frente ao problema da pobreza. Sabe-se que a pobreza urbana, quando comparada com a pobreza rural, dispõe de uma maior estrutura assistencial. Em relação à pobreza rural, deve-se acrescentar que ela é menos visível, sendo, também, penalizada por questões conceituais. Nesse sentido, ao se utilizar o critério de rural expandido como uma das maneiras possíveis de compreensão da realidade, percebeu-se que ali estavam inseridas 47% das famílias pobres do Estado.

A questão que se coloca não é a de qual tipo de pobreza deve ser priorizado – urbano ou rural –, mas sim de que medidas são mais adequadas a cada realidade e onde o setor público é mais ausente, devendo ser reforçada sua atuação.

Enquanto concepção, a pobreza deve ser vista a partir da estrutura familiar, uma vez que este enfoque apresenta a possibilidade de uma intervenção capaz de alterar, substancialmente, a condição adversa em que vivem as famílias pobres. Assim, complementando a percepção quantitativa e espacial da pobreza, alguns pontos relativos à família merecem ser tratados.

Do ponto de vista demográfico, fica claro que o principal problema não se encontra no tamanho da família. O problema central está associado com o perfil etário das famílias pobres, que reflete momentos diferentes do ciclo familiar. Chama a atenção o fato – que ocorre numa grande porcentagem – de essas famílias terem jovens como responsáveis e serem compostas por número expressivo de crianças. A estimativa da razão de dependência é ilustrativa dessa questão e mostra que, nas famílias pobres, há um percentual maior de dependentes em relação aos membros ativos, o que limita as possibilidades de envolver mais membros da família no mercado de trabalho como forma de aumentar a renda familiar.

Além disso, as pessoas que podem se inserir no mercado de trabalho encontram dificuldades nessa inserção. Observou-se que, entre os chefes de família, aqueles em situação de pobreza apresentam maior taxa de desemprego, particularmente os residentes nas áreas urbanas, e, quando se inserem no mercado de trabalho, fazem-no nas piores posições. Um fator agravante dessa

dificuldade é o baixo nível de escolaridade dessa população, uma vez que 44,17% dos responsáveis pobres possuem até 3 anos de estudo.

A participação das mulheres como responsáveis pelas famílias não apresenta diferença expressiva entre as três classes de renda analisadas. O que sobressai é a presença mais elevada de mulheres jovens chefiando famílias pobres; neste grupo, as jovens (10 a 24 anos) representam 20% do total de mulheres.

Os indicadores utilizados para avaliar a qualidade de vida em termos de moradia mostram que, de modo geral, houve um avanço nessas condições, expresso por níveis elevados de adequação. Contudo, é entre os pobres que os piores índices de adequação são verificados, enquanto no estrato superior de renda observa-se quase que pleno atendimento quanto à infra-estrutura.

Considerando que o objetivo deste trabalho foi fornecer informações sobre a população pobre paranaense, é preciso ressaltar que, quando da definição de políticas de enfrentamento da pobreza, outros indicadores devem ser reunidos, visando dar conta das especificidades dos diferentes segmentos dessa população.

## REFERÊNCIAS

---

ARIAS, A. R. **Estimativas de indigência e pobreza no Brasil no período 1990-1996**: resumo metodológico e resultados. S. l.: s.n., 1999.

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos cinquenta anos. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Brasília: ABEP, v. 15, n. 2, p. 45-65, jul./dez. 1998.

CEPAL. **Brasil: canastas básicas de alimentos y determinación de las líneas de indigencia y pobreza**. Chile, 1989.

FERREIRA, F. H. G.; LANJOUW, P.; NERI, M. **A new poverty profile for Brazil, using PPV, PNAD and Census Data**. Rio de Janeiro: PUC-Rio/ Departamento de Economia, 2000. (Texto para discussão, 418).

HOFFMANN, R. **A distribuição de renda no Brasil no período 1993-99**. S.l.: s.n., 2001.

HOFFMANN, R. Pobreza, insegurança alimentar e desnutrição no Brasil. **Estudos Avançados**, São Paulo: USP, v. 9, n. 24, p. 159-172, 1995.

IBGE. **Censo Demográfico 2000**: características da população e dos domicílios – resultados do universo. Rio de Janeiro, 2001.

IBGE. **Censo Demográfico 2000**: documentação dos microdados da amostra. Rio de Janeiro, 2002. 156 p.

IBGE. **Censo Demográfico 2000**: microdados da amostra - Paraná. Rio de Janeiro, 2002. 1 CD-ROM.

INSTITUTO CIDADANIA. **Projeto Fome Zero**: uma proposta de política de segurança alimentar para o Brasil. Versão 3. São Paulo, 2001. Disponível em: <<http://www.icidadania.org.br>>

IPARDES. **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDH-M 2000**: anotações sobre o desempenho do Paraná. Curitiba, 2003.

IPARDES. **Redes urbanas regionais**: Sul. Brasília: IPEA, 2000. 206 p. (Série caracterização e tendências da rede urbana do Brasil, 6). Convênio IPEA, IBGE, UNICAMP/IE/ NESUR, IPARDES.

IPEA. **A segurança alimentar e nutricional e o direito humano à alimentação no Brasil**. Brasília: IPEA: SEDH: MRE, 2002. 69 p. Documento elaborado para a visita ao Brasil do Relator Especial da Comissão de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas sobre o Direito à Alimentação.

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores sociais no Brasil**: conceitos, fontes de dados e aplicações. Campinas: Alínea, 2001. 141p.

JANNUZZI, Paulo de Martino; FERREIRA, Maria Paula. Renda, pobreza e políticas sociais compensatórias na Região Metropolitana de São Paulo. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. **Pobreza e desigualdades sociais**. Salvador: SEI, 2003. p. 219-226. (Série estudos e pesquisas, 63).

PELIANO, Anna Maria T. M. (Coord.). **O mapa da fome**: subsídios à formulação de uma política de segurança alimentar. Brasília: IPEA, 1993. (Documento de política, 14).

PELIANO, Anna Maria T. M. (Coord.). **Mapa da fome II**: informações sobre a indigência por municípios da Federação. Brasília: IPEA, 1993. (Documento de política, 15).

ROCHA, S. Medindo a pobreza no Brasil: evolução metodológica e requisitos de informação básica. In: LISBOA, M. de B.; MENEZES-FILHO, N. **Microeconomia e sociedade no Brasil**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2001. 472 p.

ROCHA, S. **Opções metodológicas para estimação de linhas de indigência e de pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000a. (Texto para discussão, 720).

ROCHA, S. **Pobreza e desigualdade no Brasil**: o esgotamento dos efeitos distributivos do Plano Real. Rio de Janeiro: IPEA, 2000b. (Texto para discussão, 721).

SCHWARZER, H.; QUERINO, A. C. **Benefícios sociais e pobreza**: programas não contributivos da seguridade social brasileira. Brasília: IPEA, 2002. 52 p. (Texto para discussão, 929).

SILVA, P. L. N.; BIANCHINI, Z. M.; ALBIERI, S. **Uma proposta de metodologia para a expansão da amostra do censo demográfico de 1991**. Rio de Janeiro: IBGE. 1992. 106 p. (Textos para discussão, 62).

WANDERLEY, M. de N. B. A ruralidade no Brasil moderno: por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: GIARRACA, N. (Coord.). **Una nueva ruralidad en America Latina?** Buenos Aires: CLACSO: ASDI, 2001. p. 31-44.

# APÊNDICE



TABELA A.1 - NÚMERO DE FAMÍLIAS SEGUNDO CLASSES DE RENDA FAMILIAR MENSAL PER CAPITA, SITUAÇÃO DO DOMÍLIO E MESORREGIÕES - PARANÁ - 2000

MESORREGIÃO	CLASSES DE RENDA (salários mínimos)											
	até ½			> 1/2 a 1			> 1			TOTAL GERAL		
	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total
Centro-Ocidental Paranaense	20.351	11.969	32.320	24.118	7.917	32.036	31.924	5.856	37.779	76.393	25.742	102.135
Centro-Oriental Paranaense	32.331	14.449	46.780	40.209	9.666	49.876	77.029	7.704	84.733	149.569	31.819	181.388
Centro-Sul Paranaense	25.467	28.310	53.777	26.989	13.856	40.845	40.083	10.714	50.796	92.538	52.880	145.418
Metropolitana de Curitiba	102.182	26.619	128.801	155.741	24.205	179.947	574.983	27.481	602.464	832.907	78.305	911.212
Noroeste Paranaense	31.239	14.871	46.110	47.985	15.118	63.103	73.509	11.006	84.515	152.733	40.995	193.728
Norte-Central Paranaense	72.646	23.282	95.928	123.430	19.139	142.568	297.630	15.201	312.831	493.706	57.622	551.328
Norte Pioneiro Paranaense	28.994	15.596	44.590	40.760	12.904	53.664	57.028	9.409	66.436	126.782	37.909	164.690
Oeste Paranaense	51.852	19.077	70.929	71.230	16.619	87.848	150.799	22.166	172.965	273.880	57.862	331.742
Sudeste Paranaense	14.160	20.744	34.904	16.921	14.329	31.250	27.904	10.841	38.746	58.986	45.914	104.899
Sudoeste Paranaense	16.121	19.160	35.281	23.488	15.643	39.130	46.380	17.050	63.430	85.989	51.853	137.842
TOTAL GERAL	395.344	194.076	589.420	570.871	149.396	720.267	1.377.268	137.428	1.514.696	2.343.482	480.901	2.824.383

FONTES: IBGE - Censo Demográfico (microdados); IPARDES - Tabulações Especiais

TABELA A.2 - NÚMERO DE FAMÍLIAS SEGUNDO CLASSES DE RENDA FAMILIAR MENSAL PER CAPITA, SITUAÇÃO DO DOMÍLIO E CLASSES DO IDH-M - PARANÁ - 2000

CLASSES DO IDH-M	CLASSES DE RENDA (salários mínimos)											
	Até 1/2			> 1/2 a 1			> 1			TOTAL GERAL		
	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total
0,620 a 0,699	23.249	43.806	67.055	23.186	22.076	45.262	24.022	15.061	39.083	70.457	80.944	151.401
0,700 a 0,763	128.764	106.984	235.748	163.295	82.270	245.565	224.813	69.915	294.728	516.872	259.168	776.041
0,764 a 0,799	126.820	33.118	159.938	190.190	32.752	222.941	395.545	36.274	431.819	712.554	102.143	814.698
0,800 a 0,849	73.865	10.105	83.970	123.052	12.205	135.257	350.822	15.833	366.655	547.739	38.143	585.882
0,850 a 1,00	42.645	63	42.709	71.149	93	71.242	382.066	346	382.411	495.860	502	496.362
TOTAL GERAL	395.344	194.076	589.420	570.871	149.396	720.267	1.377.268	137.428	1.514.696	2.343.482	480.901	2.824.383

FONTES: IBGE - Censo Demográfico (microdados); IPARDES - Tabulações Especiais

TABELA A.3 - NÚMERO DE FAMÍLIAS SEGUNDO CLASSES DE RENDA FAMILIAR MENSAL PER CAPITA, SITUAÇÃO DO DOMÍLIO E AGLOMERAÇÕES URBANAS - PARANÁ - 2000

AGLOMERAÇÕES	CLASSES DE RENDA (salários mínimos)											
	Até 1/2			> 1/2 a 1			> 1			TOTAL GERAL		
	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total
Total das Aglomerações	190.545	27.336	217.881	299.422	28.115	327.537	956.811	33.908	990.718	1.446.778	89.359	1.536.137
Cascavel	16.347	2.989	19.336	26.327	3.230	29.556	59.378	4.685	64.063	102.052	10.904	112.956
Curitiba	85.866	14.420	100.286	136.167	15.553	151.720	529.993	20.437	550.430	752.026	50.410	802.436
Foz do Iguaçu	14.945	262	15.207	18.132	318	18.450	44.976	463	45.439	78.053	1.042	79.095
Litoral	10.211	835	11.046	12.932	857	13.789	31.057	858	31.916	54.200	2.551	56.751
Londrina	30.487	4.387	34.874	54.158	4.113	58.271	157.255	3.607	160.862	241.900	12.106	254.007
Maringá	14.442	990	15.432	28.034	1.420	29.454	81.129	1.497	82.626	123.604	3.907	127.511
Ponta Grossa	18.248	3.454	21.701	23.672	2.624	26.296	53.023	2.361	55.383	94.943	8.438	103.380
Demais municípios	204.798	166.740	371.539	271.449	121.281	392.730	420.457	103.521	523.978	896.704	391.542	1.288.247
TOTAL Paraná	395.344	194.076	589.420	570.871	149.396	720.267	1.377.268	137.428	1.514.696	2.343.482	480.901	2.824.383

FONTE: IBGE - Censo Demográfico (microdados); IPARDES - Tabulações Especiais



TABELA A.4 - NÚMERO DE FAMÍLIAS COM RENDA FAMILIAR MENSAL PER CAPITA ATÉ 1/2 SALÁRIO MÍNIMO, POR SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO, TAXA DE POBREZA E ERRO AMOSTRAL ABSOLUTO E RELATIVO, SEGUNDO MUNICÍPIOS - 2000

continua

MUNICÍPIO	TOTAL DE FAMÍLIAS		FAMÍLIAS POBRES				TAXA DE POBREZA (%)	ERRO PADRÃO AMOSTRAL					
	TOTAL DE FAMÍLIAS		Situação de domicílio		Total	Total de famílias		Famílias pobres		Rural			
			Urbano	Rural		Abs.		%	Urbano			%	Abs.
						Abs.		%	Abs.	%	Abs.	%	
Abatiá	2.350		369	278	647	27,55	94	4,00	33	8,85	26	9,33	
Adriánópolis	1.988		108	755	863	43,44	82	4,13	17	15,73	36	4,71	
Agudos do Sul	1.985		99	673	772	38,91	86	4,33	17	17,17	38	5,59	
Almirante Tamandaré	24.446		5.119	301	5.420	22,17	470	1,92	191	3,73	43	14,39	
Altamira do Paraná	1.779		176	756	932	52,37	81	4,57	21	12,20	32	4,26	
Alto Paraná	3.832		720	251	971	25,33	120	3,12	45	6,32	25	9,92	
Alto Piquiri	3.151		907	266	1.173	37,21	108	3,43	47	5,13	24	9,01	
Altônia	5.843		964	890	1.854	31,74	222	3,80	78	8,06	66	7,43	
Alvorada do Sul	2.708		472	255	728	26,87	101	3,74	37	7,88	24	9,40	
Amaporã	1.390		375	91	466	33,54	73	5,28	31	8,29	16	17,14	
Ampère	4.508		528	591	1.119	24,82	202	4,49	63	11,97	56	9,50	
Anaehy	872		166	174	340	39,02	59	6,73	21	12,69	19	11,00	
Andradá	6.662		1.218	166	1.383	20,77	242	3,63	93	7,62	32	19,13	
Ângulo	867		121	54	175	20,14	57	6,59	19	16,04	12	22,69	
Antonina	5.538		1.420	456	1.876	33,88	215	3,88	91	6,39	44	9,54	
Antônio Olinto	2.118		29	979	1.008	47,58	88	4,14	10	33,05	42	4,27	
Apucarana	32.515		4.006	800	4.806	14,78	532	1,64	175	4,37	66	8,28	
Arapongas	25.732		2.746	318	3.064	11,91	476	1,85	147	5,37	44	13,96	
Arapoti	6.817		1.335	719	2.054	30,13	241	3,53	92	6,87	60	8,35	
Arapuã	1.150		152	362	514	44,74	63	5,52	17	11,48	26	7,30	
Araruna	3.856		609	456	1.065	27,61	120	3,10	42	6,91	31	6,88	
Araucária	26.356		3.886	783	4.669	17,71	482	1,83	170	4,39	67	8,58	
Araucária do Ivaí	805		69	319	388	48,22	57	7,09	14	20,15	25	7,68	
Assaí	5.279		991	546	1.537	29,11	208	3,93	78	7,90	50	9,18	
Assis Chateaubriand	10.210		1.974	490	2.464	24,13	298	2,92	115	5,81	56	11,44	
Astorga	7.387		1.145	289	1.434	19,41	255	3,45	91	7,97	41	14,34	
Atalaia	1.244		185	52	237	19,06	69	5,57	24	13,14	12	23,43	
Balsa Nova	2.960		186	453	639	21,57	109	3,70	25	13,29	38	8,33	
Bandeirantes	9.849		1.639	684	2.323	23,58	294	2,98	108	6,56	60	8,70	
Barbosa Ferraz	4.185		1.117	636	1.752	41,87	127	3,02	52	4,65	34	5,28	
Barra do Jacaré	845		130	96	226	26,76	59	6,99	20	15,53	17	17,47	
Barracão	2.638		350	380	730	27,69	101	3,84	33	9,47	29	7,62	

TABELA A.4 - NÚMERO DE FAMÍLIAS COM RENDA FAMILIAR MENSAL PER CAPITA ATÉ 1/2 SALÁRIO MÍNIMO, POR SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO, TAXA DE POBREZA E ERRO AMOSTRAL ABSOLUTO RELATIVO, SEGUNDO MUNICÍPIOS - 2000

MUNICÍPIO	TOTAL DE FAMÍLIAS		FAMÍLIAS POBRES				TAXA DE POBREZA (%)	ERRO PADRÃO AMOSTRAL					
	SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO		SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO		Total	Total de famílias		Famílias pobres		Abs.	%		
	Urbano	Rural	Urbano	Rural		Abs.		%	Urbano			Rural	
													Abs.
Bela Vista da Caroba	1.299	41	451	493	37,92	74	5,67	12	29,54	33	7,24		
Bela Vista do Paraíso	4.505	953	89	1.041	23,12	133	2,96	54	5,67	16	17,81		
Bituruna	4.189	415	967	1.382	32,99	186	4,44	53	12,76	64	6,57		
Boa Esperança	1.510	182	359	541	35,83	74	4,93	23	12,45	26	7,32		
Boa Esperança do Iguaçu	860	31	251	283	32,85	60	7,02	11	33,94	26	10,36		
Boa Ventura de São Roque	1.690	91	709	800	47,33	81	4,79	16	17,07	37	5,23		
Boa Vista de Aparecida	2.433	495	478	973	39,99	96	3,97	35	7,03	32	6,69		
Bocaiúva do Sul	2.544	211	527	738	29,02	96	3,79	25	11,66	36	6,79		
Bom Jesus do Sul	1.111	6	542	547	49,23	64	5,73	5	80,41	30	5,54		
Bom Sucesso	1.815	401	149	549	30,27	83	4,58	33	8,27	19	12,73		
Bom Sucesso do Sul	993	101	218	319	32,12	63	6,34	17	17,36	24	10,81		
Borrazópolis	2.904	548	386	934	32,17	103	3,55	38	7,00	28	7,33		
Braganey	1.761	330	528	858	48,72	81	4,62	28	8,39	29	5,48		
Brasiliândia do Sul	1.136	274	195	470	41,32	63	5,55	25	8,97	19	9,66		
Cafeara	733	137	68	205	27,97	52	7,16	20	14,32	13	19,46		
Cafelândia	3.227	297	220	517	16,02	114	3,53	32	10,95	25	11,29		
Cafelzal do Sul	1.420	329	188	516	36,34	73	5,11	29	8,69	20	10,74		
Califórnia	2.298	364	238	602	26,17	96	4,16	34	9,28	24	10,07		
Cambará	7.075	1.244	211	1.454	20,56	251	3,54	94	7,58	38	17,81		
Cambé	25.736	3.277	646	3.922	15,24	474	1,84	158	4,82	59	9,11		
Cambira	1.986	162	311	473	23,81	85	4,26	23	14,03	24	7,84		
Campina da Lagoa	4.939	1.221	617	1.838	37,20	204	4,13	83	6,83	50	8,17		
Campina do Simão	1.169	130	436	566	48,39	67	5,69	18	13,58	28	6,42		
Campina Grande do Sul	9.693	1.303	766	2.069	21,35	293	3,03	98	7,50	68	8,86		
Campo Bonito	1.387	345	322	667	48,08	74	5,32	26	7,40	27	8,27		
Campo do Tenente	1.650	329	299	628	38,07	82	4,98	29	8,91	27	9,12		
Campo Largo	26.412	2.923	1.278	4.201	15,91	483	1,83	150	5,14	90	7,01		
Campo Magro	5.553	133	1.059	1.192	21,46	227	4,09	31	23,71	88	8,32		
Campo Mourão	24.089	4.447	549	4.996	20,74	461	1,91	178	4,01	56	10,24		
Cândido de Abreu	5.112	527	2.125	2.652	51,88	201	3,93	50	9,57	86	4,04		
Candói	3.767	546	1.045	1.591	42,23	120	3,19	36	6,57	47	4,52		
Cantagalo	3.496	893	751	1.644	47,03	118	3,37	45	5,05	37	4,98		

TABELA A.4 - NÚMERO DE FAMÍLIAS COM RENDA FAMILIAR MENSAL PER CAPITA ATÉ 1/2 SALÁRIO MÍNIMO, POR SITUAÇÃO DE DOMÍLIO, TAXA DE POBREZA E ERRO AMOSTRAL ABSOLUTO E RELATIVO, SEGUNDO MUNICÍPIOS - 2000

MUNICÍPIO	TOTAL DE FAMÍLIAS		FAMÍLIAS POBRES				TAXA DE POBREZA (%)	ERRO PADRÃO AMOSTRAL					
	SITUAÇÃO DE DOMÍLIO		Total		Total de famílias			Urbano		Rural		Famílias pobres	
	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Abs.	%		Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Capaneva	5.533	465	603	1.068	19,30	222	4,01	59	12,75	64	10,63		
Capitão Leonidas Marques	4.247	870	540	1.409	33,18	130	3,06	49	5,68	36	6,60		
Carambei	4.023	492	264	757	18,81	127	3,15	40	8,22	29	10,80		
Carlópolis	4.018	697	483	1.180	29,38	124	3,09	44	6,37	35	7,16		
Cascavel	71.046	10.676	1.425	12.100	17,03	785	1,11	282	2,65	94	6,57		
Castro	18.075	3.394	2.476	5.869	32,47	395	2,19	147	4,33	109	4,39		
Calandouvas	2.714	509	659	1.168	43,05	105	3,87	36	7,03	38	5,71		
Centenário do Sul	3.629	854	265	1.118	30,81	116	3,21	48	5,59	25	9,26		
Cerro Azul	4.502	337	1.853	2.191	48,66	188	4,17	44	12,92	80	4,34		
Céu Azul	3.088	393	286	679	21,99	112	3,62	36	9,18	29	9,99		
Chopinzinho	5.714	567	1.021	1.588	27,79	224	3,92	64	11,31	73	7,20		
Cianorte	17.294	1.785	575	2.359	13,64	387	2,24	117	6,56	61	10,57		
Cidade Gaúcha	2.846	432	133	565	19,84	107	3,76	38	8,74	20	14,91		
Clevelândia	5.305	1.238	400	1.639	30,89	215	4,05	88	7,13	44	10,87		
Colombo	51.444	8.437	484	8.921	17,34	670	1,30	249	2,96	58	12,03		
Colorado	6.404	895	192	1.087	16,97	238	3,72	82	9,18	34	17,90		
Congonhinhas	2.408	498	388	886	36,79	92	3,82	35	6,95	27	7,05		
Conselheiro Matrinck	1.011	242	108	350	34,62	61	6,06	25	10,22	15	14,38		
Contenda	3.722	360	694	1.053	28,29	120	3,23	34	9,34	41	5,93		
Corbélia	4.678	812	312	1.124	24,04	201	4,29	74	9,13	43	13,62		
Cornélio Procopio	14.358	1.929	431	2.361	16,44	353	2,46	120	6,21	49	11,26		
Coronel Domingos Soares	1.770	71	919	990	55,92	83	4,71	14	19,47	38	4,19		
Coronel Vivida	6.746	987	870	1.857	27,53	241	3,57	81	8,24	69	7,89		
Corumbataí do Sul	1.372	183	484	667	48,60	73	5,35	22	12,25	27	5,52		
Cruz Machado	4.480	199	1.671	1.870	41,74	193	4,31	37	18,53	85	5,07		
Cruzeiro do Iguaçu	1.235	233	260	493	39,88	69	5,57	24	10,31	24	9,10		
Cruzeiro do Oeste	6.315	1.328	417	1.745	27,64	229	3,63	91	6,85	47	11,24		
Cruzeiro do Sul	1.392	177	84	261	18,71	73	5,28	23	13,24	17	19,83		
Cruzmaltina	1.010	140	328	468	46,32	61	6,07	18	12,97	24	7,43		
Curitiba	495.243	42.620	0	42.620	8,61	1917	0,39	592	1,39	-	-		
Curituba	3.720	728	875	1.603	43,09	117	3,15	42	5,75	39	4,45		
Diamante do Norte	1.781	358	127	485	27,22	84	4,69	32	9,02	19	14,67		

TABELA A.4 - NÚMERO DE FAMÍLIAS COM RENDA FAMILIAR MENSAL PER CAPITA ATÉ 1/2 SALÁRIO MÍNIMO, POR SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO, TAXA DE POBREZA E ERRO AMOSTRAL ABSOLUTO E RELATIVO, SEGUNDO MUNICÍPIOS - 2000

MUNICÍPIO	TOTAL DE FAMÍLIAS		FAMÍLIAS POBRES			TAXA DE POBREZA (%)	ERRO PADRÃO AMOSTRAL					
	Situação de domicílio		Total				Total de famílias		Famílias pobres		Rural	
	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Total	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	
Diamante do Sul	942	127	333	460	48,85	61	6,46	17	13,48	25	7,55	
Diamante D'Oeste	1.389	234	337	571	41,10	72	5,17	24	10,45	25	7,33	
Dois Vizinhos	9.312	912	741	1.653	17,75	287	3,09	84	9,19	69	9,32	
Douradina	1.860	143	279	422	22,69	85	4,56	22	15,44	26	9,24	
Doulor Camargo	1.842	266	136	402	21,84	87	4,75	30	11,36	18	13,49	
Doulor Ulysses	1.600	40	876	917	57,29	79	4,91	11	28,01	36	4,05	
Enéas Marques	1.818	26	422	448	24,63	84	4,65	10	38,14	34	8,11	
Engenheiro Beltrão	4.313	703	340	1.043	24,18	128	2,97	46	6,57	28	8,27	
Entre Rios do Oeste	1.020	57	39	97	9,49	63	6,13	14	24,72	12	29,75	
Esperança Nova	673	64	141	205	30,44	50	7,39	13	20,59	19	13,40	
Espigão Alto do Iguaçu	1.460	173	510	684	46,83	76	5,18	20	11,81	32	6,21	
Farol	1.124	273	236	509	45,30	65	5,78	23	8,48	23	9,63	
Faxinal	4.675	1.055	354	1.409	30,14	201	4,29	82	7,73	41	11,59	
Fazenda Rio Grande	17.403	3.203	296	3.499	20,11	395	2,27	152	4,76	43	14,62	
Fênix	1.510	321	133	455	30,10	77	5,11	31	9,53	17	12,91	
Fernandes Pinheiro	1.676	179	603	782	46,66	79	4,72	21	11,69	33	5,48	
Figueira	2.768	822	136	958	34,62	105	3,78	46	5,61	19	13,89	
Flor da Serra do Sul	1.351	22	472	494	36,56	72	5,36	9	40,03	33	7,03	
Floraí	1.683	215	67	282	16,76	79	4,71	26	12,20	13	19,95	
Floresta	1.560	186	53	239	15,32	78	4,97	25	13,40	13	23,54	
Florestópolis	3.594	789	181	970	26,98	117	3,25	47	6,00	21	11,72	
Flórida	749	97	23	120	16,03	54	7,17	18	18,58	8	33,77	
Formosa do Oeste	2.629	250	514	765	29,09	101	3,83	29	11,39	32	6,23	
Foz do Iguaçu	73.852	13.940	127	14.067	19,05	796	1,08	315	2,26	29	22,65	
Foz do Jordão	1.667	523	269	792	47,50	80	4,81	33	6,26	23	8,65	
Francisco Alves	2.061	361	248	609	29,54	87	4,23	31	8,62	25	10,05	
Francisco Beltrão	20.326	2.897	1.046	3.943	19,40	422	2,07	145	5,02	80	7,65	
General Carneiro	3.728	744	483	1.227	32,91	117	3,14	44	5,88	33	6,86	
Godoy Moreira	1.134	142	422	564	49,72	65	5,76	19	13,74	24	5,64	
Goioerê	8.788	1.788	645	2.433	27,69	273	3,11	108	6,01	55	8,51	
Goiozim	1.954	97	979	1.076	55,07	87	4,44	18	17,99	35	3,57	
Grandes Rios	2.174	348	471	819	37,68	88	4,03	30	8,51	29	6,21	

continua

TABELA A.4 - NÚMERO DE FAMÍLIAS COM RENDA FAMILIAR MENSAL PER CAPITA ATÉ 1/2 SALÁRIO MÍNIMO, POR SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO, TAXA DE POBREZA E ERRO AMOSTRAL ABSOLUTO E RELATIVO, SEGUNDO MUNICÍPIOS - 2000

MUNICÍPIO	TOTAL DE FAMÍLIAS		FAMÍLIAS POBRES			TAXA DE POBREZA (%)	ERRO PADRÃO AMOSTRAL					
	SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO		TOTAL				TOTAL DE FAMÍLIAS		FAMÍLIAS POBRES		FAMÍLIAS POBRES	
	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Total		Abs.	%	Urbano	%	Abs.	%
Guaira	8.595	2.264	336	2.600	30,25	276	3,21	119	5,24	46	13,63	
Guairaçá	1.732	386	223	608	35,12	82	4,76	32	8,37	22	9,98	
Guamiranga	1.916	199	742	941	49,14	86	4,51	21	10,68	38	5,07	
Guapirama	1.203	213	101	314	26,07	71	5,88	26	12,24	17	16,80	
Guaporema	649	78	136	214	32,94	50	7,68	15	19,10	18	13,35	
Guaraci	1.529	265	117	382	24,96	75	4,88	27	10,39	17	14,29	
Guaraniçá	4.954	624	1.106	1.730	34,92	205	4,14	64	10,19	71	6,45	
Guarapuava	44.676	9.473	1.632	11.104	24,85	622	1,39	253	2,67	89	5,49	
Guaraqueçaba	2.290	260	863	1.123	49,05	95	4,14	26	9,86	39	4,53	
Guaratuba	7.862	1.368	353	1.721	21,89	269	3,42	100	7,34	47	13,31	
Honório Serpa	1.717	88	722	810	47,19	81	4,71	16	18,48	35	4,89	
Ibaiti	7.951	1.648	919	2.567	32,28	263	3,30	102	6,21	64	7,00	
Ibema	1.642	499	174	673	40,96	78	4,77	34	6,80	18	10,48	
Ibiporã	12.589	2.006	168	2.174	17,27	334	2,65	122	6,07	35	20,58	
Icatima	2.991	552	352	904	30,21	103	3,44	38	6,84	28	8,04	
Iguaraçu	1.081	149	68	217	20,04	64	5,90	22	14,53	13	19,58	
Iguatu	653	131	127	258	39,54	48	7,35	17	13,16	16	12,63	
Imbaú	2.805	639	594	1.233	43,95	107	3,81	40	6,25	34	5,81	
Imbituva	7.000	1.231	1.192	2.423	34,62	247	3,52	88	7,12	76	6,39	
Inácio Martins	2.919	376	996	1.372	47,02	105	3,61	31	8,31	40	4,06	
Inajá	892	208	61	269	30,15	60	6,67	24	11,68	13	20,97	
Indianópolis	1.273	127	175	303	23,78	71	5,59	21	16,18	21	12,24	
Ipiranga	3.465	246	949	1.195	34,49	112	3,22	26	10,70	45	4,77	
Iporã	4.926	1.080	566	1.647	33,43	204	4,13	80	7,38	53	9,38	
Itacema do Oeste	870	253	93	347	39,87	57	6,54	24	9,49	14	15,35	
Itaiti	15.261	2.614	1.560	4.174	27,35	364	2,38	133	5,08	88	5,65	
Iretama	3.211	681	716	1.397	43,50	111	3,45	41	5,98	36	5,02	
Iguajaé	1.415	390	104	494	34,91	74	5,20	31	7,96	17	15,94	
Itaipulândia	1.860	251	214	466	25,02	83	4,44	27	10,54	24	11,30	
Itambaracá	2.068	428	220	648	31,35	88	4,28	34	8,02	22	9,91	
Itambé	1.864	294	67	361	19,39	86	4,60	31	10,55	13	19,17	
Itapejara d'Oeste	2.664	373	310	683	25,62	103	3,86	33	8,97	30	9,72	

TABELA A.4 - NÚMERO DE FAMÍLIAS COM RENDA FAMILIAR MENSAL PER CAPITA ATÉ 1/2 SALÁRIO MÍNIMO, POR SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO, TAXA DE POBREZA E ERRO AMOSTRAL ABSOLUTO E RELATIVO, SEGUNDO MUNICÍPIOS - 2000

MUNICÍPIO	TOTAL DE FAMÍLIAS		FAMÍLIAS POBRES			TAXA DE POBREZA (%)	ERRO PADRÃO AMOSTRAL					
	Situação de domicílio		Total				Total de famílias		Famílias pobres		Rural	
	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Total	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	
Iaperuçu	5.371	1.451	463	1.914	35,64	214	3,98	92	6,33	42	9,11	
Iauna do Sul	1.309	362	148	510	38,96	72	5,48	29	7,94	20	13,41	
Ivaí	3.107	362	822	1.184	38,11	110	3,53	30	8,25	44	5,38	
Ivaiporã	9.867	2.260	746	3.006	30,47	293	2,97	119	5,27	62	8,33	
Ivaílé	2.057	252	309	561	27,26	88	4,26	27	10,90	27	8,72	
Ivatuba	779	134	28	162	20,84	54	6,97	20	14,87	10	34,02	
Jaboti	1.322	177	219	396	29,96	71	5,35	23	12,91	22	10,16	
Jacarezinho	11.820	1.957	440	2.397	20,28	320	2,71	117	5,99	53	12,14	
Jaguapitã	3.318	429	220	648	19,54	115	3,47	38	8,87	24	10,92	
Jaguariata	8.918	1.834	596	2.430	27,24	280	3,14	110	6,02	56	9,33	
Jandaia do Sul	6.064	744	434	1.178	19,43	227	3,75	74	9,94	39	8,90	
Janiópolis	2.473	446	520	967	39,09	98	3,97	35	7,79	32	6,11	
Japira	1.425	209	341	549	38,55	74	5,18	24	11,52	26	7,55	
Japurá	2.367	174	135	309	13,04	95	4,03	25	14,19	20	14,53	
Jardim Alegre	3.993	617	1.042	1.659	41,54	124	3,10	41	6,72	40	3,85	
Jardim Olinda	438	100	91	191	43,74	41	9,36	16	16,08	11	12,14	
Jatizinho	3.395	772	108	880	25,93	115	3,38	47	6,15	16	15,09	
Jesuítas	3.017	307	630	937	31,05	107	3,54	31	10,08	35	5,56	
Joaquim Távora	3.098	508	272	780	25,19	112	3,63	40	7,90	27	10,07	
Jundiá do Sul	1.100	197	183	380	34,55	64	5,85	23	11,74	19	10,66	
Juranda	2.343	592	246	838	35,76	93	3,98	38	6,41	24	9,68	
Jussara	1.935	294	83	377	19,48	87	4,47	31	10,41	15	18,59	
Kaloré	1.540	193	214	407	26,41	73	4,77	23	12,03	22	10,35	
Lapa	11.933	1.687	2.076	3.763	31,54	318	2,67	105	6,20	101	4,89	
Laranjal	1.717	186	812	998	58,11	78	4,57	19	10,17	34	4,14	
Laranjeiras do Sul	8.545	1.977	907	2.883	33,75	277	3,24	113	5,71	60	6,63	
Leópolis	1.270	165	202	367	28,90	71	5,63	23	13,73	23	11,34	
Lidianópolis	1.453	119	376	495	34,10	69	4,76	18	14,94	26	7,01	
Lindoeste	1.614	291	408	699	43,32	80	4,95	26	8,82	30	7,41	
Loanda	5.990	993	231	1.224	20,44	223	3,73	82	8,26	37	15,88	
Lobato	1.238	148	51	199	16,07	70	5,63	22	15,13	12	24,22	
Londrina	136.567	15.616	1.251	16.868	12,35	1082	0,79	352	2,26	87	6,94	

continua

TABELA A.4 - NÚMERO DE FAMÍLIAS COM RENDA FAMILIAR MENSAL PER CAPITA ATÉ 1/2 SALÁRIO MÍNIMO, POR SITUAÇÃO DE DOMÍLIO, TAXA DE POBREZA E ERRO AMOSTRAL ABSOLUTO E RELATIVO, SEGUNDO MUNICÍPIOS - 2000

MUNICÍPIO	TOTAL DE FAMÍLIAS		FAMÍLIAS POBRES		TAXA DE POBREZA (%)	ERRO PADRÃO AMOSTRAL				continua	
	SITUAÇÃO DE DOMÍLIO		TOTAL			TOTAL DE FAMÍLIAS		FAMÍLIAS POBRES			
	Urbano	Rural	Urbano	Rural		Abs.	%	Abs.	%		
	Total		Total			Abs.	%	Abs.	%		
Luiziana	2.130	529	347	876	41,12	93	4,36	35	6,61	30	8,51
Lunardelli	1.666	226	341	567	34,03	77	4,65	24	10,82	27	7,93
Lupionópolis	1.334	289	66	355	26,64	74	5,53	30	10,23	14	21,04
Mallet	3.509	488	580	1.068	30,44	115	3,27	37	7,62	37	6,37
Memboré	4.597	1.002	757	1.759	38,26	133	2,90	50	5,00	41	5,44
Mandaguacu	4.890	811	262	1.073	21,93	204	4,17	75	9,21	38	14,57
Mandaguari	9.718	1.668	408	2.076	21,37	287	2,96	107	6,44	43	10,56
Mandrituba	4.882	363	934	1.297	26,56	204	4,17	50	13,69	75	8,01
Manfrimópolis	975	48	424	472	48,42	61	6,27	10	21,54	29	6,81
Mangueirinha	4.736	512	1.541	2.053	43,35	206	4,36	58	11,27	81	5,26
Manoel Ribas	3.646	629	857	1.486	40,76	118	3,25	40	6,42	41	4,78
Marçal Cândido Rondon	12.586	1.085	477	1.562	12,41	330	2,62	92	8,45	59	12,35
Maria Helena	1.939	284	450	734	37,84	84	4,35	27	9,42	31	6,84
Mariávia	8.345	1.053	405	1.458	17,47	268	3,21	87	8,30	52	12,85
Marilândia do Sul	2.657	674	349	1.022	38,47	100	3,77	40	6,01	27	7,76
Marilena	1.902	314	233	547	28,77	85	4,49	30	9,46	25	10,62
Mariluz	3.078	927	401	1.328	43,13	108	3,49	47	5,05	22	5,47
Maringá	88.997	7.453	322	7.775	8,74	876	0,98	246	3,31	47	14,50
Maripólis	1.806	361	180	541	29,97	83	4,62	31	8,56	23	12,54
Maripá	1.789	107	130	237	13,22	85	4,73	19	18,25	21	16,24
Marmeleiro	3.961	444	635	1.079	27,23	124	3,14	37	8,39	40	6,27
Marquinho	1.388	63	667	730	52,60	72	5,19	13	20,08	33	5,01
Marumbi	1.385	294	152	446	32,21	72	5,16	28	9,44	18	12,19
Matelândia	4.116	608	325	933	22,67	127	3,10	44	7,19	30	9,38
Matinhos	7.281	1.335	10	1.345	18,47	260	3,57	101	7,55	10	97,64
Mato Rico	1.215	61	612	673	55,42	65	5,32	12	19,70	29	4,79
Mauá da Serra	1.814	566	122	688	37,92	84	4,61	37	6,54	17	13,78
Medianeira	11.322	1.531	278	1.809	15,98	317	2,80	108	7,02	44	15,93
Mercedes	1.363	53	133	186	13,62	73	5,35	14	25,74	21	15,87
Mirador	724	130	88	217	30,01	55	7,55	20	15,20	16	17,93
Miraselva	572	54	40	94	16,42	47	8,16	13	24,72	11	27,78
Missal	3.079	189	524	713	23,15	109	3,55	25	13,41	37	7,03

TABELA A.4 - NÚMERO DE FAMÍLIAS COM RENDA FAMILIAR MENSAL PER CAPITA ATÉ 1/2 SALÁRIO MÍNIMO, POR SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO, TAXA DE POBREZA E ERRO AMOSTRAL ABSOLUTO E RELATIVO, SEGUNDO MUNICÍPIOS - 2000

MUNICÍPIO	TOTAL DE FAMÍLIAS		FAMÍLIAS POBRES				TAXA DE POBREZA (%)	ERRO PADRÃO AMOSTRAL					
	SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO		Total		Total de famílias	Famílias pobres		Urbano		Rural			
	Urbano	Rural	Urbano	Rural		Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%		
					Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	
Moreira Sales	4.142	921	437	1.358	32,79	127	3,06	50	5,40	33	7,45		
Morretes	4.491	345	723	1.068	23,78	193	4,31	49	14,32	64	8,90		
Munhoz de Melo	993	147	87	234	23,57	60	6,04	21	14,13	15	16,68		
Nossa Senhora das Graças	1.157	123	109	232	20,06	70	6,05	21	17,33	17	15,07		
Nova Aliança do Ivaí	376	54	45	99	26,41	39	10,48	13	24,76	11	24,33		
Nova América da Colina	1.028	169	114	283	27,54	63	6,09	22	13,15	17	14,72		
Nova Aurora	3.932	537	358	895	22,77	125	3,18	41	7,69	32	8,97		
Nova Caniú	2.644	427	803	1.230	46,53	100	3,77	32	7,45	38	4,67		
Nova Esperança	7.680	1.081	225	1.307	17,02	258	3,36	89	8,22	39	17,41		
Nova Esperança do Sudoeste	1.454	94	353	446	30,70	75	5,13	16	17,44	30	8,61		
Nova Fátima	2.518	472	127	599	23,78	97	3,84	37	7,79	19	14,78		
Nova Laranjeiras	3.024	124	1.348	1.472	48,67	159	5,25	28	22,85	72	5,35		
Nova Londrina	3.892	791	141	932	23,94	124	3,18	49	6,22	19	13,65		
Nova Olímpia	1.699	433	77	510	30,02	81	4,79	34	7,92	15	19,38		
Nova Prata do Iguaçú	3.040	385	496	881	28,97	108	3,55	34	8,77	35	7,02		
Nova Santa Bárbara	1.169	362	106	468	40,06	66	5,64	29	7,98	15	13,68		
Nova Santa Rosa	2.142	180	135	315	14,68	90	4,20	24	13,42	21	15,53		
Nova Tebas	2.492	298	883	1.180	47,37	96	3,84	27	9,05	38	4,35		
Novo Itacolomi	809	79	207	285	35,28	53	6,54	15	18,73	20	9,46		
Ortigueira	7.093	984	2.685	3.669	51,73	242	3,41	70	7,09	97	3,61		
Ourizona	1.012	183	63	246	24,28	63	6,21	24	12,89	13	20,88		
Ouro Verde do Oeste	1.614	327	204	531	32,91	79	4,90	30	9,01	23	11,18		
Paçandu	8.969	1.848	85	1.933	21,56	284	3,16	114	6,19	24	27,76		
Palmas	9.477	2.337	557	2.894	30,54	288	3,04	123	5,25	39	7,07		
Palmeira	8.553	1.026	1.366	2.392	27,97	274	3,20	85	8,26	86	6,33		
Palmital	4.453	775	1.333	2.108	47,34	192	4,30	64	8,25	69	5,15		
Palotina	7.623	819	310	1.129	14,81	256	3,36	78	9,56	46	14,89		
Paraisópolis do Norte	2.952	429	70	498	16,88	108	3,64	38	8,78	14	20,67		
Paranacity	2.731	406	169	575	21,04	102	3,74	36	8,78	21	12,49		
Paranaguá	37.223	6.632	463	7.094	19,06	572	1,54	219	3,31	53	11,35		
Paranaipoema	690	208	12	220	31,90	52	7,47	23	11,16	6	53,39		
Paranávi	23.156	3.749	457	4.207	18,17	450	1,94	165	4,41	53	11,63		

continua



TABELA A.4 - NÚMERO DE FAMÍLIAS COM RENDA FAMILIAR MENSAL PER CAPITA ATÉ 1/2 SALÁRIO MÍNIMO, POR SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO, TAXA DE POBREZA E ERRO AMOSTRAL ABSOLUTO E RELATIVO, SEGUNDO MUNICÍPIOS - 2000

MUNICÍPIO	TOTAL DE FAMÍLIAS		FAMÍLIAS POBRES			TAXA DE POBREZA (%)	ERRO PADRÃO AMOSTRAL					
	Situação de domicílio		Total				Total de famílias		Famílias pobres		Famílias pobres	
	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Total	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	
Pato Branco	1.233	114	119	233	18,88	68	5,56	19	16,89	18	15,59	
Pato Branco	18.640	2.282	445	2.727	14,63	408	2,19	133	5,85	54	12,08	
Paula Freitas	1.419	176	298	474	33,40	75	5,29	22	12,78	27	9,18	
Paulo Frontin	1.874	153	405	558	29,75	84	4,51	21	13,45	33	8,10	
Peabiru	4.112	1.013	299	1.312	31,90	127	3,08	52	5,16	28	9,24	
Perobal	1.551	202	284	486	31,35	76	4,92	24	11,83	26	9,10	
Pérola	3.001	480	337	817	27,21	110	3,65	39	8,08	28	8,34	
Pérola d'Oeste	2.195	197	561	759	34,56	93	4,21	24	12,41	36	6,33	
Planaltina	2.626	89	645	734	27,95	99	3,77	17	19,31	40	6,15	
Pinhal	30.425	4.242	73	4.314	14,18	515	1,69	179	4,22	24	32,58	
Pinhal de São Bento	719	110	330	440	61,23	54	7,48	15	13,83	21	6,38	
Pinhalão	1.748	252	282	534	30,57	81	4,65	27	10,75	25	8,84	
Pinhão	7.339	1.121	2.044	3.166	43,14	255	3,48	83	7,44	90	4,39	
Pirai do Sul	6.541	1.226	822	2.049	31,32	244	3,73	90	7,37	66	8,07	
Piraquara	19.768	1.999	2.581	4.580	23,17	418	2,11	119	5,95	131	5,07	
Pitanga	9.774	1.764	2.230	3.994	40,86	288	2,95	100	5,67	98	4,41	
Pitangueiras	720	85	47	132	18,36	53	7,36	17	19,61	12	25,80	
Planaltina do Paraná	1.146	202	149	351	30,65	66	5,73	24	11,71	19	12,57	
Planalto	4.211	270	1.063	1.333	31,66	128	3,05	30	10,98	50	4,71	
Ponta Grossa	81.283	14.361	714	15.075	18,55	838	1,03	324	2,25	63	8,78	
Pontal do Paraná	4.385	877	9	886	20,20	136	3,10	54	6,19	6	63,37	
Porecalu	4.698	538	221	759	16,15	203	4,33	64	11,86	39	17,50	
Porto Amazonas	1.200	107	123	231	19,22	69	5,79	19	18,11	19	15,01	
Porto Barreiro	1.100	37	454	491	44,65	67	6,05	10	27,94	31	6,92	
Porto Rico	759	105	120	225	29,67	51	6,72	17	16,15	15	12,35	
Porto Vitória	1.080	129	177	306	28,29	68	6,30	21	16,09	22	12,70	
Prado Ferreira	943	165	35	200	21,21	60	6,37	22	13,44	11	30,62	
Pranchita	1.823	174	304	479	26,27	84	4,63	24	13,60	28	9,07	
Presidente Castelo Branco	1.277	177	118	295	23,09	68	5,33	23	13,00	16	13,76	
Primeiro de Maio	3.204	802	118	920	28,71	112	3,51	48	5,99	17	13,94	
Prudentópolis	12.565	1.666	3.754	5.420	43,14	323	2,57	98	5,85	124	3,29	
Quarto Centenário	1.487	300	325	625	42,07	74	4,95	26	8,61	26	7,90	

TABELA A.4 - NÚMERO DE FAMÍLIAS COM RENDA FAMILIAR MENSAL PER CAPITA ATÉ 1/2 SALÁRIO MÍNIMO, POR SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO, TAXA DE POBREZA E ERRO AMOSTRAL ABSOLUTO E RELATIVO, SEGUNDO MUNICÍPIOS - 2000

MUNICÍPIO	TOTAL DE FAMÍLIAS		FAMÍLIAS POBRES			TAXA DE POBREZA (%)	ERRO PADRÃO AMOSTRAL					
	SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO		Total		Total de famílias		Famílias pobres		Rural			
	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%		
Quatiguá	2.136	313	87	400	18,73	93	4,37	33	10,45	15	17,45	
Quatro Barras	4.724	677	148	825	17,46	201	4,24	70	10,30	30	19,99	
Quatro Pontes	1.119	25	63	89	7,92	65	5,80	10	37,93	14	22,90	
Quebras do Iguaçu	7.501	1.572	1.074	2.646	35,27	259	3,46	100	6,38	68	6,37	
Querência do Norte	3.290	651	711	1.362	41,40	112	3,40	41	6,34	34	4,71	
Quimã do Sol	1.650	259	326	586	35,49	79	4,82	27	10,59	24	7,24	
Quitandinha	4.278	229	1.546	1.776	41,50	126	2,95	25	11,00	56	3,62	
Ramilândia	1.082	223	303	526	48,60	65	5,99	22	9,95	24	7,78	
Rancho Alegre	1.315	246	57	303	23,06	71	5,41	27	11,05	13	22,48	
Rancho Alegre D'Oeste	868	183	125	308	35,44	56	6,48	22	11,87	15	12,35	
Realeza	4.696	554	600	1.154	24,57	204	4,35	64	11,49	58	9,72	
Rebouças	3.847	556	1.033	1.589	41,31	182	4,73	59	10,68	61	5,90	
Renascença	2.043	285	544	829	40,56	90	4,38	28	9,79	33	6,11	
Reserva	6.558	921	2.194	3.116	47,51	235	3,58	72	7,82	89	4,03	
Reserva do Iguaçu	1.719	241	433	674	39,19	83	4,84	26	10,93	30	6,91	
Ribeirão Claro	3.238	331	430	760	23,48	110	3,39	32	9,76	31	7,30	
Ribeirão do Pinhal	4.212	892	407	1.299	30,84	128	3,04	50	5,65	30	7,38	
Rio Azul	3.515	310	836	1.146	32,62	116	3,30	30	9,70	45	5,35	
Rio Bom	1.057	147	190	337	31,83	60	5,69	20	13,43	19	10,08	
Rio Bonito do Iguaçu	3.461	165	1.790	1.954	56,47	118	3,41	22	13,14	53	2,95	
Rio Branco do Ivaí	1.013	138	383	521	51,46	60	5,97	16	11,58	26	6,73	
Rio Branco do Sul	8.229	1.373	1.249	2.623	31,87	266	3,23	95	6,89	75	6,01	
Rio Negro	7.945	1.053	474	1.527	19,22	272	3,42	91	8,60	55	11,68	
Rolândia	14.782	1.701	402	2.103	14,23	362	2,45	115	6,77	49	12,12	
Roncador	3.796	738	1.017	1.756	46,25	120	3,16	42	5,75	40	3,91	
Rondon	2.560	352	223	575	22,47	100	3,89	33	9,43	25	11,10	
Rosário do Ivaí	1.811	249	606	855	47,20	83	4,60	25	9,96	33	5,40	
Sabaudia	1.608	190	96	286	17,76	77	4,78	24	12,79	16	17,21	
Salgado Filho	1.464	124	501	625	42,68	77	5,24	20	16,24	29	5,70	
Salto do Itararé	1.723	379	354	732	42,50	79	4,56	30	7,97	22	6,34	
Salto do Lontra	3.524	429	848	1.277	36,23	117	3,33	35	8,25	42	4,99	
Santa Amélia	1.276	276	150	426	33,42	71	5,53	27	9,90	19	12,68	

continua

TABELA A.4 - NÚMERO DE FAMÍLIAS COM RENDA FAMILIAR MENSAL PER CAPITA ATÉ 1/2 SALÁRIO MÍNIMO, POR SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO, TAXA DE POBREZA E ERRO AMOSTRAL ABSOLUTO E RELATIVO, SEGUNDO MUNICÍPIOS - 2000

MUNICÍPIO	TOTAL DE FAMÍLIAS		FAMÍLIAS POBRES			TAXA DE POBREZA (%)	ERRO PADRÃO AMOSTRAL					
	Situação de domicílio		Total de famílias		Famílias pobres		Total de famílias		Famílias pobres			
	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano		Rural	Abs.	%	Abs.	%	
	Total		Abs.	%	Abs.		%	Abs.	%	Abs.	%	
Santa Cecília do Pavão	1.258	284	178	462	36,74	68	5,39	27	9,57	15	8,69	
Santa Cruz de Monte Castelo	2.552	486	234	720	28,20	98	3,83	36	7,47	25	10,67	
Santa Fé	2.739	330	110	440	16,07	105	3,82	34	10,18	18	16,77	
Santa Helena	6.048	534	1.028	1.562	25,82	232	3,83	63	11,72	78	7,60	
Santa Inês	653	101	92	193	29,57	50	7,73	17	16,97	16	16,88	
Santa Isabel do Ivaí	2.794	454	244	698	24,97	104	3,72	37	8,20	25	10,11	
Santa Izabel do Oeste	3.345	494	525	1.020	30,48	114	3,40	37	7,48	37	7,09	
Santa Lúcia	1.254	229	237	466	37,15	69	5,49	24	10,58	23	9,61	
Santa Maria do Oeste	3.476	366	1.517	1.883	54,18	114	3,28	28	7,68	49	3,22	
Santa Mariana	4.152	521	532	1.053	25,36	127	3,06	41	7,80	36	6,76	
Santa Mônica	955	110	234	344	36,04	63	6,55	18	16,84	23	9,84	
Santa Tereza do Oeste	2.978	464	268	732	24,56	110	3,70	39	8,31	27	10,19	
Santa Terezinha de Itaipu	5.244	1.005	134	1.140	21,74	212	4,05	83	8,21	30	22,37	
Santana do Itararé	1.648	405	264	669	40,59	78	4,73	30	7,47	24	8,96	
Santo Antônio da Platina	12.043	1.693	732	2.425	20,14	321	2,67	110	6,51	64	8,70	
Santo Antônio do Caiuá	863	182	57	239	27,69	57	6,64	22	12,31	13	22,41	
Santo Antônio do Paraíso	875	151	170	321	36,73	57	6,48	20	13,34	17	10,14	
Santo Antônio do Sudoeste	5.117	940	886	1.825	35,67	211	4,12	76	8,11	64	7,28	
Santo Inácio	1.587	245	122	367	23,12	78	4,90	27	11,18	18	14,42	
São Carlos do Ivaí	1.780	256	40	295	16,58	82	4,61	29	11,16	11	28,04	
São Jerônimo da Serra	3.467	506	930	1.436	41,43	117	3,37	37	7,37	42	4,56	
São João	3.327	419	525	945	28,39	114	3,42	35	8,44	37	7,03	
São João do Caiuá	1.886	457	124	581	30,81	85	4,53	36	7,80	16	13,31	
São João do Ivaí	4.066	713	550	1.263	31,06	123	3,02	45	6,28	33	5,93	
São João do Triunfo	3.314	387	1.170	1.557	46,99	111	3,35	30	7,77	46	3,94	
São Jorge do Ivaí	1.746	229	85	314	18,00	80	4,56	26	11,54	15	17,83	
São Jorge do Patrocínio	1.946	253	486	739	37,98	87	4,45	27	10,59	31	6,42	
São Jorge do Oeste	2.724	377	390	767	28,16	103	3,78	33	8,67	33	8,46	
São José da Boa Vista	2.033	372	503	875	43,04	87	4,26	30	8,07	30	5,92	
São José das Palmeiras	1.143	226	188	415	36,30	65	5,67	24	10,38	21	10,92	
São José dos Pinhais	58.825	7.179	1.074	8.254	14,03	716	1,22	235	3,27	89	8,24	
São Manoel do Paraná	600	52	94	146	24,23	47	7,80	13	24,56	15	16,21	

continua

TABELA A.4 - NÚMERO DE FAMÍLIAS COM RENDA FAMILIAR MENSAL PER CAPITA ATÉ 1/2 SALÁRIO MÍNIMO, POR SITUAÇÃO DE DOMÍLIO, TAXA DE POBREZA E ERRO AMOSTRAL ABSOLUTO E RELATIVO, SEGUNDO MUNICÍPIOS - 2000

MUNICÍPIO	TOTAL DE FAMÍLIAS		FAMÍLIAS POBRES				TAXA DE POBREZA (%)	ERRO PADRÃO AMOSTRAL					
	SITUAÇÃO DE DOMÍLIO		TOTAL		TOTAIS DE FAMÍLIAS			FAMÍLIAS POBRES		URBANO		RURAL	
	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Abs.	%		Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
	Total		Total		Total			Total		Total		Total	
São Mateus do Sul	10.319	1.508	1.695	3.203	31,04	301	2,92	100	6,64	94	5,57		
São Miguel do Iguaçu	6.898	1.002	955	1.957	28,38	241	3,49	81	8,06	71	7,44		
São Pedro do Iguaçu	2.092	407	320	727	34,72	89	4,28	32	7,91	28	8,78		
São Pedro do Ivaí	2.841	522	159	682	24,00	105	3,69	40	7,60	21	12,93		
São Pedro do Paraná	824	98	86	185	22,44	56	6,80	17	17,52	16	18,46		
São Sebastião da Amoreira	2.485	575	194	769	30,96	98	3,92	40	6,88	22	11,13		
São Tomé	1.483	291	138	429	28,97	76	5,10	29	9,90	18	13,34		
Sapopema	1.921	296	495	791	41,18	88	4,58	29	9,71	31	6,32		
Sarandi	21.200	4.088	178	4.266	20,12	435	2,05	172	4,20	33	18,57		
Saúde de Iguaçu	1.194	116	273	388	32,54	70	5,82	19	16,66	25	9,35		
Sengés	4.950	1.072	548	1.620	32,72	200	4,04	78	7,30	51	9,32		
Serranópolis do Iguaçu	1.397	82	264	346	24,77	74	5,27	17	20,29	26	9,96		
Sertaneja	2.019	415	98	513	25,40	90	4,45	36	8,56	16	16,82		
Sertãozinho	4.632	648	186	833	17,99	130	2,80	44	6,84	22	12,06		
Siqueira Campos	5.004	794	428	1.222	24,43	137	2,74	49	6,11	33	7,63		
Sulina	1.138	100	322	422	37,05	66	5,84	17	16,81	27	8,45		
Tamarana	2.691	363	693	1.056	39,26	100	3,71	32	8,70	35	5,03		
Tamboara	1.324	228	47	275	20,78	72	5,45	27	11,67	12	26,25		
Tapejara	3.967	637	203	839	21,16	126	3,17	45	7,11	24	11,95		
Tapira	1.973	282	334	616	31,22	87	4,40	28	9,96	29	8,61		
Teixeira Soares	2.244	253	515	769	34,24	89	3,97	26	10,39	32	6,18		
Telemaco Botto	18.435	3.822	161	3.983	21,60	402	2,18	162	4,25	34	20,90		
Terra Boa	4.441	584	248	833	18,75	131	2,95	43	7,43	27	10,84		
Terra Rica	4.199	700	353	1.053	25,07	129	3,07	47	6,70	29	8,29		
Terra Roxa	4.975	746	457	1.203	24,18	137	2,76	47	6,33	34	7,53		
Tibagi	5.121	753	1.039	1.792	34,99	205	4,01	68	9,02	68	6,54		
Tijucas do Sul	3.472	94	1.024	1.118	32,21	113	3,26	17	18,05	50	4,86		
Toledo	29.384	3.600	590	4.190	14,26	506	1,72	165	4,59	66	11,15		
Tomazina	2.902	331	670	1.002	34,52	104	3,58	30	9,16	38	5,68		
Três Barras do Paraná	3.319	513	844	1.357	40,89	115	3,47	37	7,17	43	5,05		
Tunas do Paraná	963	107	234	341	35,35	61	6,38	18	16,51	23	9,97		
Tuneiras do Oeste	2.711	468	349	817	30,15	103	3,79	36	7,67	31	8,80		

continua

TABELA A.4 - NÚMERO DE FAMÍLIAS COM RENDA FAMILIAR MENSAL PER CAPITA ATÉ 1/2 SALÁRIO MÍNIMO, POR SITUAÇÃO DE DOMÍLIO, TAXA DE POBREZA E ERRO AMOSTRAL ABSOLUTO E RELATIVO, SEGUNDO MUNICÍPIOS - 2000

MUNICÍPIO	TOTAL DE FAMÍLIAS			FAMÍLIAS POBRES				TAXA DE POBREZA (%)	ERRO PADRÃO AMOSTRAL				conclusão	
	SITUAÇÃO DE DOMÍLIO			Total		Total de famílias			Famílias pobres		Abs.	%	Abs.	%
	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Abs.	%	Urbano	%					
Tupãssi	2.490	444	691	247		27,74	99	3,86	36	8,09	26	10,38		
Turvo	3.809	365	1.789	1.425		46,98	120	3,14	31	8,46	50	3,48		
Ubiratã	6.778	1.657	2.248	590		33,16	240	3,54	99	5,97	54	9,14		
Umuarama	27.753	3.408	4.197	789		15,12	495	1,78	162	4,76	68	8,64		
União da Vitória	14.272	2.317	2.628	311		18,41	352	2,46	129	5,58	41	13,19		
Uniflor	675	128	195	67		28,91	50	7,42	19	14,68	13	19,15		
Uraí	3.625	725	1.025	300		28,27	118	3,25	46	6,29	26	8,81		
Ventania	2.218	472	743	271		33,49	98	4,40	37	7,92	27	9,92		
Vera Cruz do Oeste	2.820	704	1.020	316		36,19	103	3,66	42	5,99	26	8,18		
Verê	2.477	157	676	519		27,31	99	3,98	23	14,38	37	7,13		
Vila Alta	1.106	208	379	171		34,22	66	5,96	23	10,87	22	12,70		
Virmond	1.095	102	301	199		27,46	66	5,99	17	17,02	24	11,93		
Vitorino	1.859	222	480	259		25,84	86	4,65	26	11,79	28	10,63		
Wenceslau Braz	5.902	1.452	2.032	580		34,43	226	3,84	93	6,43	52	9,03		
Xambê	2.011	131	659	528		32,76	86	4,29	20	14,94	35	6,62		
TOTAL do Paraná	2.824.383	395.344	589.420	194.076		20,87	-	-	-	-	-	-		

FONTES: IBGE - Censo Demográfico (microdados); IPARDES - Tabulações Especiais